

2016

XXIII JORNADA DE MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL



Avaliadores Convidados:

Prof. Dr. André Faro (UFS)

Prof. Dr. Bernardino Calvo (UFPB)

Profa. Dra. Tatiana Torres (UFRN)

Local: Auditório 412 CCHLA

Data: 28 a 30 de setembro de 2016.

Prof. Dr. Cícero Roberto Pereira

Coordenador da Pós-Graduação em Psicologia Social

Profa. Dra. Silvana Carneiro Maciel

Vice-Coordenadora da Pós-Graduação em Psicologia Social

COMISSÃO ORGANIZADORA:

***Profa. Dra. Silvana Carneiro
Maciel***

***Ms Lívia Braga de Sá Costa
(Representante Discente)***

***Ms Simone Salviano Alves
(Representante Discente)***

***Ms Yana Mendes
(Representante Discente)***



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
PARAÍBA



*Nomes dos organizadores do evento
(Organizadores)*

Profa. Dra Silvana Carneiro Maciel

Ms Lívia Braga de Sá Costa (Representante Discente)

Ms Simone Salviano Alves (Representante Discente)

Ms Yana Mendes (Representante Discente)

Anais

*XXIII JORNADA PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
SOCIAL-UFPB-*

EDIÇÃO 2016-MESTRADO

Editora da UFPB

João Pessoa

2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora

MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ

Vice-Reitor

EDUARDO RAMALHO RABENHORST



EDITORA DA UFPB

Diretora IZABEL FRANÇA DE LIMA

Supervisão de Edição ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR

Supervisão de Produção JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profa. Dra. Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli

Prof. Dr. Anísio José da Silva Araújo

Prof. Dr. Carlos Eduardo Pimentel

Prof. Dr. Cícero Roberto Pereira

Profa. Dra. Cleonice Pereira dos Santos Camino

Prof. Dr. Julio Rique

Profa. Dra. Maria de Fátima Pereira Alberto

Profa. Dra. Maria da Penha de Lima Coutinho

Profa. Dra. Nádia Maria Ribeiro Salomão

Profa. Dra. Patrícia Nunes da Fonseca

Profa. Dra. Silvana Carneiro Maciel

Prof. Dr. Valdiney Veloso de Gouveia

J82 *Jornada de Mestrado em Psicologia Social (23 : 2015 : João Pessoa-PB.).*

Anais da XXIII Jornada de Mestrado em Psicologia Social, 30 de novembro, 01 e 02 de dezembro de 2015 / Organizadoras: Silvana Carneiro Maciel...[et al.].- João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

60p.

ISBN: 978-85-237-1251-8

1. Psicologia social. 2. Autismo. 3. Depressão - adolescência. 4. Aids. 5. Abuso sexual - infância. I. Maciel, Silvana Carneiro.

Os artigos e suas revisões são de responsabilidade dos autores.

EDITORA DA UFPB *Cidade Universitária, Campus I -s/n*

João Pessoa - PB

CEP 58.051-970

editora.ufpb.br

editora@ufpb.br

Fone: (83) 3216.7147

APRESENTAÇÃO

Desde o início de seu funcionamento, o Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPB vem contribuindo para o desenvolvimento científico regional. A demanda atual por profissionais com títulos de pós-graduação *stricto sensu* na área de Psicologia Social ultrapassa as fronteiras da Paraíba, de sorte que a maioria dos estudantes, após a obtenção do grau de mestre ou doutor, assume postos de trabalho em universidades, empresas e instituições de pesquisa em todo Brasil.

O Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba tem desenvolvido, nos últimos anos, uma política muito ativa de intercâmbio científico com centros de pesquisas de outros países. Esta política tem promovido a atualização e o intercâmbio entre professores e pesquisadores, publicando trabalhos inéditos e fomentando o desenvolvimento de projetos de pesquisa em cooperação. Tal intercâmbio, além de fortalecer os vínculos interinstitucionais, propicia uma melhor e maior divulgação dos trabalhos realizados por docentes e discentes de nosso programa.

Tendo como meta o crescimento e desenvolvimento científico dos pós-graduandos as jornadas da pós-graduação em Psicologia Social são realizadas anualmente com a apresentação dos discentes que ingressaram e que já estão na fase de análise dos dados; tendo cada aluno um leitor interno o qual terá como meta a análise mais detalhada do andamento do trabalho. Contamos também com a participação de professores externos (avaliadores) que trazem as suas contribuições para a melhoria dos trabalhos de dissertação e da própria jornada. A jornada também conta com a participação de professores, alunos da graduação e pós-graduação e da comunidade em geral, propiciando o debate e a divulgação científica do que vem sendo produzido no nosso PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL-PPGPS-UFPB.

RESUMOS
XXIII JORNADA MESTRADO
EDIÇÃO 2016

MÃES DE CRIANÇAS AUTISTAS: SOBRECARGA DO CUIDADOR E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O AUTISMO

Aluna: Camila Cristina Vasconcelos Dias

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Carneiro Maciel

Leitor(a): Profa. Dra. Nádia Maria Ribeiro Salomão

Núcleo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa em Saúde Mental e Dependência Química

Leitor Externo: Prof. Dr. André Faro

O autismo, incluído no DSM-5 sob a classificação de *Transtorno do Espectro Autista* (TEA), designa uma condição neurodesenvolvimental de etiologia indefinida caracterizada por comprometimentos sociocomunicativos e pela presença de comportamentos repetitivos e estereotipados, manifestando-se nos primeiros anos de vida. Pela extensão e qualificação dos comprometimentos das pessoas com autismo, o TEA é considerado um estressor potencial e seu diagnóstico pode resultar em um impacto para a família. Geralmente, o papel de cuidador principal do filho é assumido pela mãe, que pode se tornar vulnerável à sobrecarga física e emocional oriunda do alto investimento nas tarefas rotineiras dos cuidados maternos diretos. Em função dessa sobrecarga estar relacionada ao fato de se ter um filho autista, o presente trabalho objetivou conhecer e analisar as representações sociais (RS) que as mães têm sobre o autismo, possibilitando a expressão dos significados, das vivências e das experiências associadas à sobrecarga gerada pelos cuidados especiais que as crianças necessitam. Diante disso, utilizou-se o aporte teórico da Teoria das Representações Sociais, uma vez que reconhece o valor da dimensão subjetiva e o aspecto cognitivo do indivíduo, os quais interferem nas práticas sociais, nas atitudes e condutas referentes ao objeto da representação. Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem mista com estratégia aninhada concomitante. Foi realizado em uma instituição pública para tratamento do TEA em João Pessoa-PB, com uma amostra de 30 mães de crianças autistas. Os instrumentos utilizados foram: um questionário sociodemográfico, analisado através do cálculo de frequências simples; a Associação Livre de Palavras, com os estímulos "filho", "autismo" e "filho autista", e uma entrevista semiestruturada, analisadas a partir do programa IRAMUTEQ; e o Inventário de Sobrecarga do Cuidador de Zarit (ZBI), analisado através do SPSS. Os instrumentos foram aplicados individualmente em ambiente institucional, tomando-se todos os cuidados éticos que envolvem a pesquisa com seres humanos. Os resultados do ZBI indicaram a presença de sobrecarga moderada na amostra geral, com escore médio de 38,53(DP=12,50), e a partir desse dado pode-se estabelecer 2 níveis de sobrecarga para comparar as RS elaboradas pelas

mães. O nível 1 referiu-se à sobrecarga baixa à moderada e o nível 2 à sobrecarga moderada à severa com escores médios de 30,47(DP=9,28) e 49,08(DP=7,12) respectivamente, sendo as médias estatisticamente diferentes ($p < 0,001$). Observou-se que as mães que estão no nível 1, apesar de representarem o autismo de maneira negativa, ressaltando as dificuldades, têm mais esperança. Já as mães que estão no nível 2 representaram o autismo sem nenhum conteúdo representativo de carinho ou esperança, expressando o cuidar como uma obrigação que reflete um desafio. De modo geral, as mães representam o autismo de forma negativa, como algo difícil de lidar, significando-o na própria dificuldade do exercício de cuidar, que demanda paciência e dedicação. Os cuidados diários exigem alto investimento das mães, que efetuam um cuidado solitário e em tempo integral. Além disso, as participantes consideraram o autismo como um mistério, que pode estar relacionado tanto à indefinição de sua etiologia e conseqüentemente ao prognóstico da criança, como também às dúvidas de como cuidar da criança. Diante dos resultados encontrados, verificou-se que a RS do autismo modifica-se a partir do nível de sobrecarga experimentado pelas participantes, estando a sobrecarga maior relacionada a uma representação do autismo mais negativa. Pode-se identificar que as mães objetivam a representação do autismo nas dificuldades diárias enfrentadas, embora o ancorem no amor, indicando que encontram no afeto fonte de motivação e superação das adversidades. Espera-se, com esta pesquisa, fornecer dados científicos que possam auxiliar a elaboração de políticas públicas que visem a melhoria do suporte social oferecido a essas mães. Tendo em vista as funções justificadora e de orientação dos comportamentos da RS, os resultados deste estudo podem auxiliar na elaboração de estratégias mais eficientes a fim de prevenir complicações de saúde, física e emocional, oriundas da sobrecarga.

Palavras-Chave: Autismo; Sobrecarga do cuidador; Teoria das Representações Sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Meimes, M. A., Saldanha, H. C., & Bosa, C. A. (2015). Adaptação Materna ao Transtorno do Espectro Autismo: Relações entre Crenças, Sentimentos e Fatores Psicossociais. *Psico*, 46(4), pp. 412-422.
- Schmidt, C. C., & Bosa, C. (2007). Estresse e auto-eficácia em mães de pessoas com autismo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 59(2).
- Zanon, R. B., Backes, B. & Bosa, C. A. (2014). Identificação dos primeiros sintomas do autismo pelos pais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30(1), pp. 25-33.

QUALIDADE DE VIDA, BEM-ESTAR SUBJETIVO E DEPRESSÃO NO CONTEXTO DA ADOLESCÊNCIA

Aluna: Adriele Vieira de Lima Pinto

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Penha de Lima Coutinho

Leitora: Profa. Dra. Patrícia Nunes da Fonseca

Núcleo de Pesquisa: Aspectos Psicossociais de Prevenção e da Saúde Coletiva

Leitor Externo: Prof. Dr. André Faro

Estudar a qualidade de vida (QV), bem-estar subjetivo (BES) e depressão no contexto da adolescência, para além da quantificação das dimensões de cada um desses construtos, pressupõe a compreensão do conhecimento compartilhado por esses atores sociais no decurso do cotidiano. Dessa maneira, esta dissertação objetivou verificar as inter-relações entre qualidade de vida (QV), bem-estar subjetivo e depressão de adolescentes no contexto escolar. Assim, utilizou-se das Representações Sociais, pois estas permitem articular dinâmicas cognitivas e psicológicas às dinâmicas sociais e interacionais. Para atender a tal desígnio, desenvolveram-se três estudos empíricos fundamentados na abordagem multimétodo. Nesta jornada, vale salientar, serão apresentados dois estudos. O estudo 1, intitulado “A relação da qualidade de vida, bem-estar-subjetivo e depressão”, objetivou apreender as representações sociais dos adolescentes acerca desses construtos. Participaram do estudo 285 adolescentes, com idades de 12 a 18 anos ($M=14,86$; $SD=1,82$), maioria do sexo feminino (56,8%), de escolas públicas de João Pessoa-PB, os quais responderam ao Inventário de Depressão Infantil (CDI), à Técnica de Associação Livre de Palavras (estímulos indutores: “qualidade de vida” “depressão” e “bem-estar”) associados às variáveis fixas (“sexo”, “avaliação da qualidade de vida” e “indicativo da sintomatologia depressiva”) e um questionário biossociodemográfico. Os dados foram submetidos a estatísticas descritivas com o auxílio do SPSS (versão 21.0) e análise fatorial de correspondência com o auxílio do software Tri-Deux-Mots. Os resultados apontaram que a QV foi ancorada na esfera biopsicossocial, associada às condições objetivas e experiências subjetivas através dos elementos: *amor, casa, carinho, estudar, trabalhar, saúde, ter condições*. O bem-estar foi objetivado pelos elementos: *felicidade, dormir, viver bem, saúde, casa, diversão* e ancorado na esfera biopsicossocial. A depressão foi objetivada por elementos como *morte, cortes, remédio, suicídio, angústia, medo*, e ancoradas nas esferas psicoafetiva e psico-orgânica. Os resultados apontam para representações consensuais entre QV e o bem-estar; isto é, foram evidenciados tipos de ancoragem e

elementos de objetivação comuns para ambos os construtos. Por outro lado, observaram-se dissensos entre esses dois construtos e o construto da depressão, tanto ao nível da ancoragem quanto das objetivações. De caráter quantitativo, o estudo 2, denominado “*A relação entre depressão e qualidade de vida*”, objetivou conhecer a prevalência da sintomatologia depressiva dos adolescentes; analisar a correlação desse construto com a QV e comparar os grupos com e sem sintomatologia depressiva. Participaram 204 adolescentes, com idades de 12 a 18 anos, ($M= 14,99$; $SD= 1,92$), maioria do sexo feminino (53,4%), de escolas públicas de João Pessoa-PB, os quais responderam ao Inventário de Depressão Infantil (CDI), ao questionário de QV relacionada a saúde de crianças e adolescentes (Kidskreen-52) e um questionário biossociodemográfico. Os dados foram submetidos a estatísticas descritivas e inferenciais, com o auxílio do SPSS (versão 21.0). Os resultados do CDI apontaram indicativos de sintomatologia depressiva de 8,3%, com predominância do sexo feminino. Estes achados corroboram evidências científicas indicadas pela literatura especializada. As pontuações do CDI foram inversamente proporcionais a todos os domínios de QV, entre eles *estado emocional, sentimentos, família/ambiente familiar*, que obtiveram as maiores pontuações. Esta relação demonstra que os adolescentes com depressão apresentam diminuição do bem-estar físico, psicológico e da percepção de suporte familiar afetivo, além de sentimentos de solidão, angústia, tristeza. Comparando os adolescentes com e sem sintomatologia depressiva, constataram-se diferenças significativas nos domínios: *família/ambiente familiar e, provocações/bullying*. Nos dois domínios os adolescentes sem sintomatologia evidenciaram maiores médias em detrimento dos adolescentes com indicativo de depressão. Estes resultados corroboram evidências sobre a importância da relação entre o suporte familiar e a autopercepção do adolescente nas formas de enfrentamento de situações estressantes. Verifica-se que os adolescentes com sintomatologia depressiva vivenciam mais sentimentos de rejeição, medo, raiva e ansiedade em relação a seus pares, repercutindo diretamente sobre o desenvolvimento dos transtornos afetivos. Portanto, espera-se que esses achados possam subsidiar ações de prevenção e de promoção da saúde (qualidade de vida e bem-estar) do adolescente no contexto escolar.

Palavras chave: qualidade de vida; bem-estar subjetivo; depressão.

Referências

Gaspar, T., Matos, M. G., Ribeiro, J. L. P., & Leal, I. (2006). Qualidade de vida e bem-estar em crianças e adolescentes. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 2(2),47-60.

PREVENIR OU REMEDIAR?

ATITUDES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE FRENTE À PROFILAXIA PRÉ-EXPOSIÇÃO NO COMBATE AO HIV/AIDS

Aluna: Amanda Trajano Batista

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Alayde Werba Saldanha

Leitor (a): Prof^a Dr^a. Patrícia Nunes da Fonsêca

Núcleo de Pesquisa: Vulnerabilidades e Promoção da Saúde (NPVPS)

Leitor Externo: Profa. Dra. Tatiana Lucena Torres

Introdução: As taxas de novas infecções por HIV continuam elevadas em todo o mundo, trazendo a necessidade da criação de novas estratégias de prevenção. Neste sentido, os medicamentos antirretrovirais, são atualmente utilizados como tratamento (TARV) auxiliando na redução da infecciosidade nas pessoas que convivem com o HIV, como estratégia de Testar e oferecer Tratamento (TAST), como profilaxia após a exposição ao HIV (PEP), e mais recentemente como profilaxia Pré-Exposição (PrEP) indicada para populações-chaves. Não obstante a eficácia observada, a PrEP tem trazido questionamentos em relação aos efeitos adversos clínicos, bem como sociais, com a produção de discriminação e preconceito. Considerando que a implementação e adesão à PrEP é dependente da prescrição pelos profissionais de saúde, tendo como aporte teórico o conceito de atitudes desenvolvido por Fishbein e Ajzen (1975), o **objetivo geral** desse estudo consistiu em analisar as atitudes dos profissionais da área de saúde sobre a utilização da Profilaxia Pré-exposição (PrEP). **Método:** Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, de caráter quantitativo e qualitativo. A amostra foi composta por 68 profissionais de saúde (Médico, enfermeiro, Psicólogo, assistente social) que atuam no contexto do HIV/Aids. Para coleta de dados foi utilizado um questionário com itens sócios demográficos e profissionais, a fim de caracterizar os participantes. Para a etapa qualitativa foram realizadas entrevistas individuais, segundo o procedimento de Evocação-Enunciação-Averiguação com a finalidade de pôr em destaque a perspectiva dos profissionais de saúde, partindo dos pontos que são mais importantes para eles. Os participantes foram abordados em serviços especializados em Aids, assim como em um evento científico nacional sobre HIV/Aids. **Análise dos dados:** Os dados oriundos do questionário sócio demográfico e profissional foram analisados por estatísticas descritivas utilizando o Software SPSS versão 20, os dados das entrevistas estão sendo analisados por meio da análise categorial temática a partir do Software MaxQDA 11, e as palavras que emergiram na etapa de evocação serão analisados a partir do Software TRI-DEUX-MOT, por Análise Fatorial de Correspondência. **Resultados parciais:** A

maioria dos participantes é do sexo feminino (66,2%), com média de idade de 41 anos (DP=11,3) sendo 35,3% enfermeiros e 20,6% psicólogos, com tempo de atuação média de 9,5 anos (DP= 6,5), com *locus* de atuação no SAE (33,8%), seguido do CTA (23,5%) e 19,1% na gestão. Em relação a intenção de indicar a Profilaxia Pré-Exposição, 45,8% dos profissionais apresentaram intenção positiva, justificada pelo reconhecimento dos grupos mais expostos e mais vulneráveis ao HIV e a dificuldade do uso do preservativo; 29,2% intenção negativa, destacando a inviabilização da PrEP pela a atual conjuntura político-econômica brasileira e o aumento da exposição pela possível diminuição do uso de preservativo e 25% se colocou numa posição de condicional de acordo com fatores de concordância e discordância, afirmando a necessidade de maior conhecimento sobre a medida profilática e a confiança em sua real eficácia. A partir da análise das entrevistas, emergiram duas classes temáticas: Classe Temática I – Crenças acerca da PrEP (Categorias: 1-grupo-chave, 2-comportamento de risco, 3- Instrumento de prevenção, 4-direitos, 5- Paradigma Biomédico, 6- consequências de PrEP), Classe Temática II – Implantação da PrEP nos Serviços de Saúde (Categorias: 1-Qualificação, 2-Organização, 3- Estratégias para implementação). **Considerações:** Embora a grande parte dos profissionais entrevistados tenham afirmado intenção de prescrever a PrEP, a maioria ou apresenta intenção negativa ou ainda tem dúvidas quanto aos efeitos benéficos, tornando-os reticentes à adesão. Tais dados se tornam preocupantes em vista da implementação desta política de prevenção prevista para o corrente ano. Denota-se ações verticalizadas, onde os profissionais de saúde que atuam nos serviços especializados não estão sendo considerados, o que pode prejudicar sua eficácia. O estudo encontra-se em fase de término da análise de dados.

Palavras-Chave: HIV/Aids; Profilaxia Pré-Exposição, Profissionais de saúde

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fishbein, M., & Ajzen, I. (1975). *Belief, Attitude, Intention, and Behavior: An Introduction to Theory and Research*. Reading, MA: Addison-Wesley.

Grangeiro, A. (2013). Será possível o fim da epidemia de AIDS na quarta década?. In Paiva, V., França Jr I., & Kalichman, A. O. (Orgs). *Vulnerabilidade e direitos humanos prevenção e promoção da saúde: Planejar, Fazer, Avaliar. Livro IV*. Curitiba: Juruá.

Grant, R. M., Lama, J. R., Anderson, P. L., McMahan, V., Liu, A. Y., Vargas, L., ... & Montoya-Herrera, O. (2010). Pre-exposure chemoprophylaxis for HIV prevention in men who have sex with men. *New England Journal of Medicine*, 363(27), 2587-2599.

Krakower, D., & Mayer, K. H. (2012). Engaging healthcare providers to implement HIV pre-exposure prophylaxis. *Current opinion in HIV and AIDS*, 7(6), 593.

ATITUDES FRENTE ÀS EMPREGADAS DOMÉSTICAS: VALORES HUMANOS E DOMINÂNCIA SOCIAL

Aluno: Maria Aparecida Trindade do Nascimento

Orientadora: Prof. Dr. Valdiney Veloso Gouveia

Leitor(a): Profa. Dra. Patrícia Nunes da Fonseca

Núcleo de Pesquisa: Bases Normativas do Comportamento Social

Leitor Externo: Profa. Dra. Tatiana Lucena Torres

O isolamento característico do espaço doméstico, o estigma de trabalho não-econômico, da baixa qualificação, e o fato de tratar-se de mulheres pobres e oriundas de grupos étnicos socialmente desfavorecidos, fizeram com que o trabalho doméstico remunerado se constituísse como uma atividade sem valor social, excluída inclusive dos direitos adquiridos pelos outros trabalhadores. (Campoy, 2012)

É importante também salientar que as marcas deixadas pela escravidão influenciaram as relações sociais entre as classes (Rodrigues, Assmar & Jablonski, 2009) e prova disto é a reação que a Emenda Constitucional n. 72, conhecida como “Lei das domésticas”, causou na sociedade brasileira atual, uma vez que esta emenda estende aos Empregados Domésticos direitos já consagrados aos demais trabalhadores.

De acordo com Michener et al. (2005), conhecendo as atitudes de uma pessoa em relação a um objeto, é possível prever como ela se comportará em relação a este mesmo objeto. Os autores Rodrigues et al. (2009) confirmam isso por afirmarem que existe uma forte relação entre atitude e comportamento, pois este não é apenas determinado pelo que as pessoas gostariam de fazer, mas também pelo que elas pensam que devem fazer (normas sociais vigentes em cada cultura), pelo que elas geralmente têm feito (seus hábitos), e pelas consequências esperadas da ação (Rodrigues et al, 2009). Deste modo, as atitudes de uma pessoa podem influenciar a maneira como ela irá perceber o mundo ao seu redor, bem como a sua reação e como esta irá se comportar diante dele. (Michener, DeLamater & Myers, 2005).

Dentre os potenciais preditores das atitudes destaca-se o papel dos valores humanos, visto que, a cada dia, ganham espaço ao auxiliarem na explicação de comportamentos, atitudes e preferências (Pakizeh, Gebauer, & Maio, 2007). Dessa forma, considerando que valores humanos tem sido um tema importante para a explicação de diversos fenômenos sociopsicológicos, como atitudes (Gouveia, Santos, Athayde, Souza & Gusmão, 2014), e bem estar subjetivo (Fonsêca, Chaves, & Gouveia, 2006), nesta

ocasião, optar-se-á por um modelo teórico denominado teoria funcionalista dos valores humanos.

O presente estudo propõe-se a investigar as atitudes frente às empregadas domésticas e sua possível relação com os valores humanos e a dominância Social. Para alcançar os objetivos propostos foi elaborada uma escala de atitudes frente às empregadas domésticas e contou-se com uma amostra de aproximadamente 200 estudantes universitários no primeiro estudo. Para a realização do segundo estudo participarão 200 pessoas da população em geral.

Para obtenção dos resultados parciais, inicialmente os respondentes foram separados em grupos-critério superior e inferior, tomando como base a mediana empírica. Foi empregado o teste t de Student para comparar as médias dos participantes dos dois grupos em cada item. Verificou-se que apenas 07 não distinguiram sujeitos com magnitude próxima ($t > 1,90$; $p < 0,06$), não sendo utilizados na próxima etapa. Em seguida, verificou-se a possibilidade de proceder a análise fatorial, onde os indicadores apoiaram a adequação da matriz de correlações para proceder com a análise: $KMO = 0,76$ e Teste de Esfericidade de Bartlett $\chi^2 (253) = 932,9$; $p < 0,001$ (Tabachnick & Fidell, 2007). Objetivando conhecer o número de fatores a ser extraído dessa matriz, foram considerados três critérios: (1) Kaiser (2) Cattell e (3) análise paralela. Segundo o critério de Kaiser, foram encontrados sete componentes, explicando conjuntamente 59,3% da variância total. Já a distribuição gráfica dos valores próprios (Critério de Cattell) recomenda a existência de quatro componentes, de acordo com a inflexão da curva. Para dirimir eventuais dúvidas foi utilizada uma análise paralela sugerindo assim existência de quatro fatores distintos.

Esta pesquisa pretende colaborar nos avanços acerca das discussões e instrumentalizações acadêmicas que possibilitem a melhor compreensão de como a atividade das empregadas domésticas é percebida pela população em geral.

Palavras-Chave: Atitudes; Empregada doméstica; Valores.

REFERÊNCIAS:

- Allport, G. W. (1935). *Atitudes*. In *Handbook of social psychology*. Worcester: Clark University Press.
- Aronson, E., Wilson, T. D., Akert, R. M. (2015). *Psicologia Social*. (8ª ed.). Tradução Geraldo José de Paiva. Rio de Janeiro : LTC.
- Michener, H. A., Delamater, J. D. & Myers, D. J. (2005). *Psicologia social*. S. Paulo: Thompson.

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O ABUSO SEXUAL
INFANTOJUVENIL: UM ESTUDO COM OPERADORES DO DIREITO E
PROFISSIONAIS PSICOSSOCIAIS**

Aluno: Camila de Alencar Pereira

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Carneiro Maciel

Leitor(a): Profa. Dra. Maria de Fátima Pereira Alberto

Núcleo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa em Saúde Mental e Dependência Química

Leitor Externo: Prof. Dr. André Faro

O abuso sexual infantojuvenil é definido como o evento no qual a criança ou o adolescente são usados para fins de obtenção de satisfação sexual de um adulto ou de um adolescente mais velho. Apesar de vários estudos e da criação de instrumentos legais para a proteção das crianças contra a violência, ainda existem muitas lacunas quando se trata das ações voltadas ao abuso sexual infantojuvenil, o que acaba por comprometer as formas de lidar com essa situação. As lacunas observadas residem, principalmente, na aplicação das políticas públicas existentes no plano teórico, a partir da percepção do fenômeno pelos profissionais da área jurídica e psicossocial. Desse modo, o presente estudo busca conhecer e analisar as representações sociais que os operadores do direito e os profissionais psicossociais possuem acerca do abuso sexual infantojuvenil, dado que são estes que lidam diretamente com a resolução das inúmeras situações jurídicas, sendo suas práticas influenciadas pelas compreensões acerca da temática. Como suporte teórico, fez-se uso da Teoria das Representações Sociais, na perspectiva da abordagem estrutural e dimensional, permitindo elucidar o conhecimento advindo do senso comum, com o saber científico sobre a temática. Trata-se de um estudo de campo descritivo, de cunho qualitativo e quantitativo, que foi realizado em instituições jurídicas da cidade de João Pessoa/PB. A amostra foi composta por 31 profissionais de ambos os sexos, sendo 12 operadores do direito (juízes de primeira e segunda instância) e 18 profissionais psicossociais (psicólogos e assistentes sociais), que atuam ou já atuaram em casos de abuso sexual contra a criança ou adolescente. Com a finalidade de alcançar tais objetivos, fez-se uso de quatro instrumentos: o questionário sociodemográfico, que foi analisado através de cálculos de frequência e porcentagens; o Teste de Associação Livre de Palavras (TALP), com o estímulo “abuso sexual infantojuvenil”, no qual se executou a análise prototípica com o auxílio do software IRAMUTEQ; a entrevista semiestruturada, que foi analisada através da análise lexicográfica com amparo do IRAMUTEQ; e a Escala de Crenças sobre Abuso Sexual

(ECAS) que foi analisada a partir do SPSS. Constatamos que os profissionais que participaram deste estudo apreendem o fenômeno como um ato de violência e agressão cometido contra vulneráveis (crianças/adolescentes), principalmente no âmbito familiar, gerando consequências profundas nas vítimas. Além disso, possuem a representação de que o abusador é um indivíduo doente, insensível e com atos que fogem do que é socialmente tido como aceitável para o ser humano. Verificamos ainda que o depoimento sem dano é uma metodologia que provoca controvérsias no meio pesquisado, contudo, revelou-se como consenso a necessidade de preparação dos profissionais para uso da técnica, assim como um ambiente e material adequados. A aplicabilidade da teoria da representação social é imprescindível para que se propague ao senso comum o saber científico, mediante a inserção de novos objetos de conhecimento para profissionais que lidam com a temática. Diante dos resultados encontrados, constatou-se que aqueles que trabalham com o tema apreendem o fenômeno e as suas consequências, contudo, precisam de capacitação para atuar nos casos. Espera-se, com esta pesquisa, fornecer subsídios para uma adequada efetivação de políticas públicas, repercutindo da finalidade preventiva de danos às vítimas.

Palavras-Chave: Abuso Sexual Infantojuvenil. Teoria das Representações Sociais. Teoria do Núcleo Central.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alberto, M. F. P., Silva, A. C. S., Gomes, V. C., Araújo, A. M. G., & Oliveria, D. (2009). A exploração sexual infanto-juvenil sob a ótica de membros da população. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 41-59.
- Almeida, A. M. O., & Santos, M. F. S. (2011) A teoria das Representações Sociais. In: Torres, C. V., & Neiva, E. R. (orgs). *Psicologia Social: Principais Temas e Vertentes*. Porto Alegre: Artmed.
- Habigzang, L. F., Corte, F. B. D., Hatzenberger, R., Stroher, F. H., & Koller, S. H. (2008). Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. *Psicologia: reflexão e crítica*. Porto Alegre. Vol. 21, n. 2, p. 338-344.

VIVÊNCIA E PROJETO DE VIDA DE JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Aluna: Cibele Soares da Silva Costa

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fatima Pereira Alberto

Leitora: Profa. Dra. Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli

Núcleo de Pesquisa: Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA)

Leitor Externo: Profa. Dra. Tatiana Lucena Torres

A autoria dos atos infracionais atribuídas aos jovens tem se destacado na mídia e impulsionado discussões dentro e fora da academia. As medidas socioeducativas são destinadas ao jovem autor de ato infracional, estabelecidas a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, objetivando sua responsabilização, sua integração social e a desaprovação da conduta infracional. As medidas socioeducativas podem ser: Advertência, Obrigação de reparar o dano, Prestação de serviço à comunidade, Liberdade assistida, Inserção em regime de semiliberdade ou Internação em estabelecimento educativo. Este estudo tem como objetivo geral: analisar as implicações das vivências de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas para a construção do projeto de vida. E como objetivos específicos: analisar as vivências dos jovens nas medidas socioeducativas; analisar os sentidos atribuídos pelos jovens para a experiência do cumprimento das medidas socioeducativas; identificar o projeto de vida construído pelos jovens a partir das vivências no cumprimento das medidas socioeducativas e identificar no Plano Individual de Atendimento (PIA) os registros sobre o projeto de vida dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. A literatura apresenta um caráter ambivalente, demonstrando que as medidas socioeducativas possuem tanto aspectos protetivos como aspectos punitivos (Scisleski, Bruno, Galeano, Santos & Silva, 2015). Discute-se que na execução das medidas socioeducativas tem-se sobressaído o caráter sancionatório em detrimento da função pedagógica (Aranzedo & Souza, 2007). A fundamentação teórica tem como base a perspectiva da Teoria Histórico – Cultural de Vigostki (Vigostki, 1933-1943/2009), utilizando-se as seguintes categorias teóricas: Vivência, Sentido e Projeto de Vida. A pesquisa foi realizada em uma instituição pública que executa a medida socioeducativa de privação de liberdade, localizada na cidade de João Pessoa. Foi realizada uma pesquisa de campo, utilizando-se entrevistas individuais e uma pesquisa documental. A amostra foi selecionada por conveniência. As entrevistas abordaram os seguintes temas: atividades realizadas pelos jovens proporcionadas pelas medidas socioeducativas; projeto de vida; aspectos

presentes no cumprimento da medida socioeducativa para a construção do projeto de vida; sentidos e emoções evocados pelas medidas socioeducativas; conhecimento e participação do jovem na construção do Plano de Atendimento Individual (PIA). Os documentos utilizados foram os Planos Individuais de Atendimento (PIA) dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas entrevistados. Na pesquisa documental realizou-se a captação dos registros sobre o projeto de vida nos PIAs. Para analisar as entrevistas e o planos individuais de atendimento utilizou-se a Análise de Conteúdo Temática (Minayo, 2010). Os resultados da análise documental revelam que dentre os dez participantes, cinco tinham PIA. Os PIAs dos outros cinco jovens entrevistados ainda não haviam sido elaborados, mesmo estes estando cumprindo a medida socioeducativa na instituição a mais de um ano. O PIA utilizado pela instituição é composto por duas partes, denominadas de Anamnese Social e Pactuação. A Anamnese Social compreende a identificação do usuário, histórico do caso, identificação da família e/ou responsáveis e informações separadas pelos setores denominados, psicológico, educação, profissionalização, lazer, saúde e assessoria jurídica. A pactuação refere-se às informações sobre objetivos e metas e prazos, divididos por eixos. Os eixos que compõem a pactuação são Educação, Oficina Ocupacional, Profissionalização, Lazer, Saúde, Família, Assistência Social, Segurança e Psicologia. No eixo Educação há registros de que os jovens estão matriculados e frequentando a escola da instituição; No eixo Profissionalização há registros sobre a participação em cursos profissionalizantes, identificando-se que dois jovens estão inscritos e frequentando cursos. No eixo Saúde, há registros sobre os aspectos toxicológicos, identificando-se o registro do uso de drogas para os cinco jovens. Com relação aos prazos para elaboração dos PIAs pela unidade de cumprimento de medida socioeducativa, observou-se que estes foram construídos após os períodos de 9 meses e 24 dias; 9 meses e 26 dias; 1 ano e 14 dias; 1 ano e 4 meses; 1 ano, 5 meses e 21 dias. Tais prazos ultrapassam o estabelecido no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), o qual determina que o PIA deve ser elaborado em até quarenta e cinco dias da data do ingresso do adolescente na instituição. Os cinco PIAs analisados não traziam registros completos sobre os objetivos, metas e prazos para cada eixo e continham respostas repetidas nos PIAs de diferentes jovens, não apresentando informações suficientes para identificar o projeto de vida construído e acordado com o jovem e sua família no cumprimento da medida socioeducativa. A pesquisa encontra-se na fase de análise das entrevistas, e para isso está sendo utilizado o software QDA Miner.

Palavras chave: Juventude; Medidas socioeducativas; Projeto de Vida.

Referências bibliográficas

Aranzedo, A. C., & Souza, L. (2007). Adolescentes autores de homicídio. Vivência da privação de liberdade e planos para o futuro. *Revista Eletrônica Psicologia e Política*, 5(15), 1-20.

Minayo, M. C. S. (2010). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. 12ªed. São Paulo: Hucitec.

Scisleski, A. C. C.; Bruno, B. S.; Galeano, G. B.; Santos, S. N. & Silva, J. L. C. (2015). Medida socioeducativa de internação: Estratégia punitiva ou protetiva? *Psicologia & Sociedade*, 27(3), 505-515.

Vigostki, L. S. (1933-1943/2009). A crise dos sete anos. (Tradução de Achilles Delari Jr). Traduzido de: L. S. Vigostski (2006). *La crisis de los siete años*. Obras escogidas. Tomo IV. Madrid: Visor y A. Machado Libros, p. 377-386.

A RELAÇÃO SOFRIMENTO/PRAZER DOS EMPRESÁRIOS DO SETOR DE SEGUROS NO EXERCÍCIO DA SUA ATIVIDADE PROFISSIONAL

Aluna: Cláudia Helena Oliveira de Souto

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Zambroni de Souza

Leitor: Prof. Dr. Anísio José da Silva Araújo

Núcleo de Pesquisa: Trabalho e Subjetividade

Leitor Externo: Profa. Dra. Tatiana Lucena Torres

Quando falamos das doenças ou dos sofrimentos que são adquiridos na atividade laboral, há uma tendência em voltarmos a atenção para o grupo dos trabalhadores, aqueles que vendem a sua força de trabalho e que, por diversas razões, se submetem aos ditames da empresa a qual estão inseridos. No entanto, existe um outro grupo, que é o grupo dos empresários, o qual faz parte deste mesmo mundo do trabalho e que apresenta diversas patologias relacionadas à sua atividade, mas que além de ser bastante esquecido pelos estudiosos do trabalho é por vezes acusado em provocar os inúmeros sofrimentos que acometem os trabalhadores. Este fato evidencia-se, por exemplo, quando comparamos a extensa literatura que trata do sofrimento e das doenças que acometem os trabalhadores em virtude da sua atividade de trabalho e a pouca construção teórica que existe sobre o sofrimento ou o adoecimento do empresário. Desta forma, este estudo tem como objetivo geral compreender como se configura a dinâmica psíquica dos empresários corretores de seguros – sua vivência subjetiva e se é possível formulação coletiva desse tipo de experiência – diante dos elementos que enfrentam em seu dia a dia de trabalho. A opção desta investigação junto aos empresários do ramo de seguros deve-se ao fato dos mesmos viverem em um constante estado de alerta para poderem atender os seus clientes 24 horas por dia durante os 07 dias da semana, além de terem a responsabilidade de administrarem suas empresas. O aporte teórico deste estudo baseia-se na Psicodinâmica do Trabalho. Para tanto, esta pesquisa se desdobra em objetivos específicos que pretendem compreender como esses empresários se organizam em sua atividade de trabalho para o enfrentamento de problemas inerentes à sua profissão, nos seguintes planos: de sua relação com o coletivo de trabalho (de profissão) e os sistemas de defesa coletivamente erigidos; dos recursos que utilizavam para manter-se no campo da normalidade e em que momento tais recursos se mostram insuficientes; das formas de reconhecimento ou a falta dele por parte de seus pares, subordinados, clientes e fornecedores; da relação sofrimento e prazer; das doenças que os acometem e o curso delas; do nível de equilíbrio dinâmico que o empresário consegue ter entre as atividades demandadas pela sua empresa e pela sua vida particular, incluindo aí, a família; de sua relação com outras pessoas de seu meio social, como seus sócios, caso tenham; das relações sociais de sexo/gênero presentes em seu trabalho e em seu convívio familiar e de como se dá a reapropriação e a superação do sofrimento. A pesquisa realizada foi do tipo qualitativa e foram aplicados os seguintes instrumentos:

questionário sócio demográfico, questionário com os dados profissionais do entrevistado e uma entrevista semiestruturada. Participaram da pesquisa dez empresários do ramo de seguros da cidade de João Pessoa/PB, os quais foram entrevistados em seu local de trabalho no período de 01 a 29 de abril de 2016. Tais empresários atenderam os pré-requisitos de terem no mínimo cinco anos de experiência na atividade empresarial, serem responsáveis pela administração de suas empresas e serem Corretores Oficiais de Seguros, devidamente habilitados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Para o tratamento dos dados, foi adotada a análise de conteúdo com recortes por temas (Laville e Dionne, 1999) com cinco grandes categorias, as quais são: coletivo; normalidade; reconhecimento; relação entre família e empresa e projeto de vida. Verificou-se que apesar de trabalhar na solidão, o empresário, assim como seu funcionário necessita de um coletivo para poder contar, mesmo que este coletivo seja formado pelos seus concorrentes; a maioria deles tem doenças que foram causadas ou agravadas em virtude do seu trabalho e que todos já tiveram quadros de estresses decorrentes desta atividade; constatou se ainda que, na luta pela normalidade, utilizam-se de estratégias para sair do quadro de sofrimento; que o reconhecimento do seu trabalho é de fundamental importância para o desempenho da sua atividade; que na relação empresa/família não existe a separação clássica entre dentro-do-trabalho e fora-do-trabalho, uma vez que, a empresa não só interfere na família, mas faz parte da mesma, e que no projeto de vida do empresário, a sua pessoa física se confunde com sua pessoa jurídica. Estas solicitam um olhar mais atento por parte dos estudiosos do trabalho, uma vez que o número de empresários é cada vez maior. De acordo com uma pesquisa da *Global Entrepreneurship Monitor* (<http://glo.bo/1xQPez>, 2015), trinta e quatro em casa cem brasileiros adultos (com idades entre 18 e 64 anos) possuem uma empresa ou estão envolvidos com a criação de um negócio próprio.

Palavras chave: Empresário; sofrimento/prazer; normalidade.

POLÍTICAS PÚBLICAS E TRAJETÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Aluna: Erlayne Beatriz Félix de Lima Silva

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fatima Pereira Alberto

Leitor: Prof. Dr. Anísio José de Araújo

Núcleo de Pesquisa: Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência – NUPEDIA/UFPB

Leitor Externo: Profa. Dra. Tatiana Lucena Torres

Problematiza-se nesta dissertação a efetividade das políticas de proteção para infância, adolescência e juventude na sociedade brasileira. Em particular, aquelas anteriormente acessadas na trajetória de vida de adolescentes que praticaram atos infracionais e que encontram-se em cumprimento de medidas socioeducativas. Estas objetivam a responsabilização pela prática do ato infracional, tendo em vista a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos fundamentais (Lazzarotto, 2014). A presente dissertação tem como objetivo geral: Analisar o acesso às políticas públicas de garantia de direitos na trajetória de vida de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na cidade de João Pessoa. E como objetivos específicos: Identificar as políticas públicas que os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas acessaram em suas vidas, antes do ato infracional; Analisar a trajetória de acesso às políticas públicas dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; Analisar o contexto social dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas antes do ato infracional; Problematizar as implicações das políticas de proteção à infância, adolescência e juventude para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. A fundamentação teórica deste trabalho baseia-se na perspectiva histórico cultural de desenvolvimento fundamentada em Vigotski (2007). Nesta perspectiva o desenvolvimento é entendido como um processo global, resultante das relações sociais que os sujeitos estabelecem com outros sujeitos e com o mundo exterior, sendo, ao mesmo tempo constituído e constituinte do meio no qual está imerso. Participaram desta pesquisa dez adolescentes com idades entre quinze e dezessete anos que encontravam-se em cumprimento de medidas socioeducativas de internação. A amostra foi selecionada pelo critério de conveniência. A pesquisa ocorreu em uma instituição pública que executa as medidas socioeducativas de privação de liberdade, localizada na cidade de João Pessoa. Para coleta dos dados utilizou-se entrevistas abertas e um questionário, constituídos por informações sobre as condições socioeconômicas, o acesso às políticas públicas de saúde, educação e assistência social,

as condições e os aspectos do desenvolvimento infanto-juvenil, e sobre o contexto social dos entrevistados. Os dez participantes foram entrevistados e dentre estes, seis responderam ao questionário pois os demais foram transferidos para outras instituições durante o período da coleta dos dados. Em todo momento da pesquisa, foram respeitados e assegurados os princípios éticos abarcados pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) N°. 466/2012. As entrevistas estão em processo de análise, sendo submetidas a análise de conteúdo temática de Minayo (2010). Os questionários foram analisados através da análise descritiva. Os resultados provenientes dos questionários, no que diz respeito a política de saúde apontam que cinco adolescentes foram atendidos em programas de saúde da família (PSF), e quatro em unidades de pronto atendimento (UPA) e hospitais. No que se refere aos equipamentos e serviços da política de educação, verificou-se que três acessaram a creche e cinco frequentaram a escola. Destaca-se que um dos participantes não frequentou a escola antes do cumprimento da medida socioeducativa. Acerca dos serviços e equipamentos da política de assistência social, constatou-se que três adolescentes participaram do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e um participou de atividades no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Os resultados revelam que os participantes da pesquisa antes do cumprimento da medida socioeducativa acessaram em suas trajetórias de vida as políticas públicas de saúde, educação e assistência. Entretanto, apesar desse acesso, tais políticas, devido suas fragilidades e fragmentações (Yamamoto & Oliveira, 2014) não se apresentaram como espaços efetivamente protetivos e garantidores de direitos e de condições plenas para o desenvolvimento destes sujeitos que encontram-se em situação de vulnerabilidade e risco social.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Políticas Públicas; Medidas Socioeducativas.

Referências Bibliográficas

- Lazzarotto, G. D. R. (2014) Medidas Socioeducativas: Cartas ao reinado do saber. *Psicologia em Estudo*, 19 (3), pp. 503-514.
- Minayo, M. C. S. (2010). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. (12ª ed.). São Paulo: Hucitec.
- Vigotski, L. S. (2007). *A formação social da mente: o desenvolvimento os processos psicológicos superiores*. (7ª ed.) São Paulo: Martins Fontes.
- Yamamoto, O. H. & Oliveira, I. F. (2014). Definindo o campo de estudo: as políticas sociais brasileiras. In: Oliveira, I. F. & Yamamoto, O. H. (Orgs.) *Psicologia e políticas sociais: temas em debate*. Belém: UFPA, pp. 22-45.

ELEMENTOS DE VULNERABILIDADE PROGRAMÁTICA EM SAÚDE A PARTIR DE PERCEPÇÃO DE MORADORES RESIDENTES EM CIDADES RURAIS

Aluna: Eunice Aristides Araújo
Orientadora: Profa. Dra. Ana Alayde Werba Saldanha
Leitor(a): Profa. Dra. Maria de Fátima Pereira Alberto
Núcleo de Pesquisa: Núcleo de Pesquisa em Vulnerabilidades e Promoção da Saúde (NPVPS)
Leitor Externo: Prof. Dr. André Faro

Ao se analisar as práticas de atendimento e acesso em saúde em localidades com baixo índice de desenvolvimento, como é o caso das consideradas cidades rurais (cidades com menos de 10.000 habitantes), constata-se uma deficiência nesses serviços ao serem comparadas com os territórios caracterizados como urbanos. Essas cidades são marcadas pela precariedade na cobertura e organização dos serviços de saúde, dificuldades de assistência médica especializada, condições socioeconômicas e saneamento básico precários (Neri & Soares, 2002). Estima-se que as pessoas que residem em cidades de contexto rural apresentam-se mais vulneráveis ao adoecimento em função, sobretudo, das barreiras frente ao acesso e (in) disponibilidade dos serviços e à própria organização. Estes elementos são apenas alguns que compõem o que Ayres, França Jr., Calazans e Saletti-Filho (2003) chamam de vulnerabilidade programática, a qual está associada ao acesso, estrutura e organização dos serviços de saúde e a avaliação dos programas em respeitar, promover e proteger os direitos à saúde. Inclui programas direcionados à prevenção e agravos de doenças, assim como a assistência e o controle destas. Embora as políticas de saúde sejam desenvolvidas com o intuito de atender as necessidades da população, elas precisam ser capazes de extinguir os obstáculos existentes entre os serviços e a comunidade de forma a construir uma rede de apoio regionalizada e integrada que possa garantir o acesso a todos de forma integral e igualitária (Assis & Jesus, 2012). Este estudo tem como objetivo geral analisar elementos de vulnerabilidade programática em saúde a partir da percepção de moradores residentes em cidades rurais da Paraíba. Os específicos consistem em: identificar os motivos de busca por atendimento aos serviços de saúde em cidade rurais; identificar a forma de acesso aos serviços de saúde; verificar a percepção de moradores de cidades rurais acerca dos serviços de saúde local; verificar a associação entre a busca por atendimento em saúde e a avaliação do atendimento; e identificar as diferenças frente ao acesso e atendimento entre as macrorregiões de saúde. Trata-se de um estudo

de caráter descritivo, quantitativo, exploratório e analítico de cunho transversal. Faz parte de um projeto titulado “Vulnerabilidades Feminina em Saúde: acesso aos serviços de saúde, saúde mental e vulnerabilidades de mulheres residentes em cidades rurais” desenvolvido pelo NPVPS. Uma amostra de 1.238 participantes foi determinada por um processo de múltiplos estágios em 38 municípios do estado da Paraíba distribuídas entre as 04 macrorregiões de saúde: João Pessoa, Campina Grande, Patos e Sousa. Para a coleta dos dados foi utilizado o questionário "Levantamento de cuidados de saúde e vulnerabilidades", desenvolvido a partir dos estudos realizados por Ribeiro (2012), Saldanha (2011), Saldanha, Carvalho, Diniz, Freitas, Félix e Silva (2008) e Saldanha, Silva, Tenório, Lima, Galvão e Amorim (2012) e o questionário sócio demográfico. Os dados serão analisados por meio de estatística descritiva e outros testes de comparação e associação. *Perfil sócio demográfico* - Participaram deste estudo 1238 sujeitos com idade igual ou superior a 21 anos. Sendo 72,9% feminino, 46% na faixa etária entre 30 e 49 anos (M=44; DP=0,97), católico (81,3%) e 69,1% são casados (ou moram juntos). Quanto à escolaridade, 33% da amostra possui o ensino fundamental menor e 29,7% relataram possuir o ensino médio. Ainda, 58,1% afirmaram estarem empregados exercendo atividades do tipo formal (43,3%) com destaque para as profissões de agricultor (24,9%) e donas de casa (23,1%). Quanto à renda mensal, 56% afirmaram receber de 1 a 2 salários mínimos. Dos 326 respondentes, 83,1% afirmaram serem beneficiados pelo Programa Bolsa Família, os demais (73,7%) optaram por não responder.

Palavras – chave: Vulnerabilidade Programática; Cidades rurais; Serviços de Saúde.

Referências:

- Ayres, J. R. C. M., França Júnior, I., Calazans, G. J. & Saletti Filho, H. C. (2003). *O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios*. In: Czeresnia, D. & Freitas, C.M., organizadores. *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz; p. 117-139.
- Ribeiro, K.C.S. (2012). *Intervenção psicoeducativa dirigida à prevenção de DSTs e gravidez não planejada para adolescentes jovens*. – Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. João Pessoa, Paraíba
- Saldanha, A.A.W. (2011). *Situações de Vulnerabilidade à Gravidez na Adolescência: Estilo de Vida e Comportamentos de Risco de Adolescentes Paraibanas Relatório Final*, Projeto Temático, Processo CNPq 551215/2007-0, Edital nº 22/2007- Saúde da Mulher. João pessoa, PB, Universidade Federal da Paraíba.

**O TRABALHAR DOS PROFISSIONAIS DOS SERVIÇOS GERAIS DE
LIMPEZA HOSPITALAR: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO
TRABALHO-SAÚDE**

Aluno: Flávia Marcelly de Sousa Mendes da Silva

Orientadora: Prof. Dr. Anísio José da Silva Araújo

Leitor interno: Prof. Dra. Maria de Fátima Pereira Alberto

Núcleo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho

Leitor Externo: Profa. Dra. Tatiana Lucena Torres

Dentre os trabalhadores de organizações hospitalares, pode-se citar aqueles que não possuem contato regular com os pacientes, como os profissionais de higiene e limpeza. Estes promovem suporte a toda estrutura operacional hospitalar, sendo necessários para o sucesso dos procedimentos médicos realizados cujo foco é a saúde dos pacientes (Oliveira & Gusmão, 2014). No estudo em questão será dada ênfase a essa categoria de trabalhadores, tendo em vista os diversos riscos a que estes estão expostos no contexto laboral. Ao assumir como objeto a relação entre trabalho e saúde dos profissionais dos serviços gerais de limpeza hospitalar de um Hospital Universitário de uma capital do Nordeste brasileiro, dois elementos mostram-se de suma importância para a compreensão de como o trabalho pode favorecer ou comprometer a saúde dos trabalhadores, sendo estes o processo de trabalho e o trabalhador. Através do processo de trabalho, pode-se observar as variadas formas de consumo da força de trabalho, que podem implicar em desgaste do trabalhador (Silva, 1999). Do ponto de vista teórico, a Psicodinâmica do Trabalho e a Ergonomia da atividade são as principais abordagens utilizadas. A ergonomia da atividade caracteriza-se pelos conceitos de trabalho prescrito e real, variabilidade, regulação, confiabilidade, carga de trabalho que, por sua vez, são incorporadas pela Psicodinâmica do trabalho, disciplina cujo objeto são os processos psíquicos mobilizados pela confrontação do sujeito com a realidade de trabalho. As noções de sofrimento e prazer no trabalho, de real do trabalho, de estratégias defensivas (individuais, mas sobretudo coletivas), de regulação, de inteligência da prática, de reconhecimento no trabalho são algumas contribuições conceituais dessa disciplina (Sznelwar, Lancman, Alvarinho, & Santos, 2004). A amostra foi composta por 30 servidores de limpeza hospitalar, número assim definido em função dos critérios de saturação, com idade variando de 21 a 61 anos ($M=40,3$; $DP = 11,0$), solteiros (43,3%), do sexo feminino (66,7 %), ensino médio incompleto (50%). O tempo de serviço variou de três dias a 28 anos na organização pesquisada. Dentre os participantes 86,7% revelaram que não possuíam outra atividade remunerada e os outros 13,3% revelaram

possuírem outra atividade remunerada (e.g., faxineira, garçõete, pedreiro e servente de pedreiro). Ao que concerne a renda pessoal (90%) dos participantes recebem um salário mínimo e com relação a renda familiar, a maioria dos entrevistados (66,7%) relataram receber entre um e dois salários mínimos. Os instrumentos utilizados foram uma entrevista individual semiestruturada (baseada em um roteiro construído a partir das categorias teóricas da pesquisa) e um questionário sociodemográfico. Os dados foram analisados por meio do software Iramuteq. A partir da análise da Classificação Descendente Hierárquica, o *corpus* se dividiu em 5 classes que foram nomeadas a partir de seus descritores mais representativos. Inicialmente o *corpus* se dividiu em dois eixos. O primeiro eixo, denominado de *Segurança no trabalho*, é representado apenas pela classe 5, não tendo outras partições. O segundo eixo, denominado de *Organização e condições de trabalho* se dividiu, formando as classes 3 e 4 e, esta por sua vez, formou as classes 1 e 2. Seguindo a ordem no dendograma, chegamos as seguintes classes: *riscos no trabalho (classe 5)*, *história e formação profissional (classe 3)*, *condições do trabalho (classe 1)*, *sofrimento no trabalho e estratégias de defesa (classe 2)*, *organização do trabalho (classe 4)*. Além disso, através da análise de similitude, constatou-se que a palavra *gente* apareceu como núcleo central da distribuição, estabelecendo conexão com as palavras *trabalho* e *trabalhar*. Na nuvem de palavras, evidenciaram-se as palavras com maior frequência no discurso: *trabalho*, *gente*, *trabalhar*, *hospital*, *limpeza*, *passar*, *casa*, *serviço*, *Deus*, *treinamento*, *reunião*, *entre outros*.

Palavras-Chave: servidores de limpeza hospitalar, trabalho-saúde, iramuteq.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Oliveira, L.M.; Gusmão, J.L. (2014). Hábitos e estilo de vida de trabalhadores do serviço de higiene e limpeza de um hospital público, geral e de grande porte de São José dos Campos –SP. *Revista Educação*. v.9, n.2.
- Silva, C.E.R. (1999). *O processo de trabalho da limpeza interna do lixo hospitalar na emergência do Hospital Municipal Paulino Werneck*. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública, Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana.
- Sznelwar, L.I.; Lancman, S.; Wu, M.J.; Alvarinho, E.; Santos, M. (2004). Análise do trabalho e serviço de limpeza hospitalar: contribuições da ergonomia e da psicodinâmica do trabalho. *Revista Produção*, 14(3):45-57.

BULLYING E SUAS IMPLICAÇÕES PSICOAFETIVAS NA ADOLESCÊNCIA: UM ESTUDO PSICOSSOCIOLÓGICO

Aluna: Jaqueline Gomes Cavalcanti

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria da Penha de Lima Coutinho

Leitor: Prof. Dr. Carlos Eduardo Pimentel

Núcleo de Pesquisa: Aspectos Psicossociais de Prevenção e da Saúde Coletiva

Leitor Externo: Prof. Dr. André Faro

Considerada o desafio do século, a violência encontra-se difundida em todo tecido social, causando grande impacto em diversos contextos: familiar, escolar, social, laboral, entre outros. Emerge como um flagelo que destrói o tecido comunitário, as relações interpessoais e sociais, ameaça a vida, a saúde e o bem estar de homens, mulheres, crianças, adolescentes e idosos, adquirindo um caráter endêmico e se convertendo em um problema mundial de saúde coletiva. A partir da década de 80, o contexto escolar passou a figurar como palco onde se desenrolam cenas cada vez mais violentas associadas ao *bullying*, fenômeno que vem ganhando notável destaque pela sua alta prevalência e nocivas consequências geradas aos envolvidos. Nesse sentido essa dissertação tem como objetivo geral analisar as implicações do *bullying* no contexto de adolescentes escolares. Para essa jornada serão apresentados dois estudos empíricos. O primeiro, objetivou apreender as representações sociais (RS) dos adolescentes acerca do *bullying* no contexto escolar. Participaram desse estudo 31 adolescentes com idades de 12 a 18 anos, sendo a maioria do sexo feminino (73,3%), os quais responderam a uma entrevista em profundidade e um questionário sociodemográfico. Os dados foram submetidos a estatísticas descritivas com o auxílio do IBM-SPSS (versão 20), e análise lexicográfica pelo software Iramutec. Os resultados revelaram a emergência de seis classes distintas. A primeira classe denominada "*bullying e o preconceito*" nesta categorização o *bullying* foi representado como sendo uma expressão de preconceito e falta de respeito, sendo objetivada pelas palavras "*diferente*", "*forma*", "*falta*". Na segunda classe, "*apoio aos envolvidos no bullying*", o *bullying* foi representado por elementos figurativos como: "*conversar*", "*ajudar*", destacando a necessidade de atenção especial da escola e de profissionais especializados no auxílio relacional desses estudantes. A terceira classe "*bullying como sinônimo de brincadeira*" abrangeu palavras como "*piada*", "*brincadeira*", evidenciando uma forma mais sutil de preconceito, bem como, uma naturalização e banalização desse fenômeno. A quarta classe, "*Bullying e a intolerância à diferença*", refletiu o *bullying* enquanto a não

aceitação da diversidade, sobretudo expressas por meio de apelidos pejorativos, sendo objetivados nos elementos "chamar", "gordo". A classe 5 "formas de denúncia e busca de apoio" foram objetivadas a partir das palavras: "resolver", "dizer", registrando a importância da denúncia enquanto medida eficaz na resolução de conflitos no âmbito escolar. Por fim, a sexta classe, denominada de "conceito, tipos e consequências do bullying", o bullying foi definido como um tipo de violência capaz de gerar danos/consequências aos atores sociais envolvidos, podendo inclusive levar a morte, sendo representada pelas palavras: "violência", "briga", "consequências". A partir dessas RS, prosseguiu-se com o segundo estudo, cujo objetivo foi elaborar uma escala de percepção do bullying escolar, bem como, testar seus parâmetros psicométricos: validade e precisão. Para isso, contou-se com 204 estudantes, os quais responderam a escala de percepção do bullying escolar, composta por 43 itens, respondidos em uma escala do tipo Likert, que variaram de 1- concordo totalmente a 5 - discordo totalmente, bem como, um questionário sociodemográfico. Os dados foram analisados pelo software IBM-SPSS (versão 21) e apresentaram parâmetros psicométricos satisfatórios quando considerada uma estrutura bidimensional. A fim de confirmar esse dado aplicou-se o instrumento a uma nova amostra de 243 estudantes. Os dados foram analisados pelo software R e apontaram resultados promissores na estrutura bifatorial, demonstrando maior adequação aos dados empíricos. De modo geral, essa medida apresentou evidências de validade e de consistência interna coerente ao indicado pela literatura. Diante do exposto, conclui-se que conhecer a forma como os adolescentes percebem o bullying é primordial na elaboração de estratégias de intervenção e/ou prevenção desse fenômeno.

Palavras-Chave: bullying; representações sociais; adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Moscovici, S. (2003). Representações sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes.
- Neto, L. A. A. (2005). Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. *J. Pediatr.*, Rio de Janeiro, 81(5), supl., p. 164-172.
- Olweus, D. (2013). School bullying: Development and some important challenges. *Annual review of clinical psychology*, 9, 751-780. doi: 10.1146/annurev-clinpsy-050212-185516

**COMPREENDENDO A RELAÇÃO ENTRE COOPERAÇÃO, SAÚDE,
NORMALIDADE E TRABALHO NOS CASOS DE AFASTAMENTO POR
MOTIVO DE DOENÇA**

Aluna: Jennifer Oliveira Amaro dos Santos
Orientador: Prof. Dr. Paulo César Zambroni de Souza
Leitor: Prof. Dr. Anísio José da Silva Araújo
Núcleo de Pesquisa: Trabalho e Subjetividade
Leitor Externo: Profa. Dra. Tatiana Lucena Torres

O objetivo do presente estudo é compreender como se dá a relação dinâmica entre cooperação, saúde e trabalho nos casos de afastamento por motivo de doença a partir das vivências dos trabalhadores adoecidos pelo trabalho. Por objetivos específicos, tem-se: compreender de que forma os trabalhadores conseguiam conservar-se em normalidade e em que condições esses não mais suportaram; entender a relação entre cooperação e processo saúde-doença; verificar a relação entre sofrimento e prazer; entender o papel do reconhecimento; compreender de que forma o sujeito percebe a relação entre adoecimento e trabalho; investigar de que maneira a doença passa a influenciar o contexto familiar e social do sujeito; entender a relação entre o modo de gestão da organização e a cooperação. Considerar o trabalhador enquanto ativo diante das condições de trabalho é um aspecto fundamental para compreender a relação saúde-adoecimento, concebendo que o sujeito se mobiliza buscando dar conta da lacuna entre aquilo que é prescrito e o que é real e, assim, lutar por sua saúde (Dejours, 2011b). A Psicodinâmica do Trabalho é tomada enquanto aporte teórico do presente estudo, uma vez que permite refletir acerca da normalidade, objetivando compreender de que forma mesmo em meios deletérios o trabalhador não adocece, bem como de que maneira o trabalhador consegue encontrar prazer no trabalho, mesmo em nítidas situações de sofrimento. É preciso levar à discussão, então, não apenas o trabalhador em sua relação única com o trabalho, mas como interage com a dimensão do coletivo de modo que se compreenda que o trabalho sempre é destinado a alguém e esse, por sua vez, tem uma grande relevância na questão da identidade que é considerada a armadura da saúde mental (Dejours, 2011h). Isso permite levar em conta também a questão da cooperação que implica na vontade dos trabalhadores em trabalharem juntos, de modo que essa não é passível de prescrição, mas que preconiza a existência da confiança que é a visibilidade da atividade do outro e de submeter o que se faz ao julgamento alheio a fim de se obter reconhecimento (Dejours, 2011i). É necessário, pois, refletir sobre as novas

formas de gestão e seus impactos no ambiente de trabalho, pois uma vez pautadas no individualismo, na quebra de solidariedade, impedem a cooperação, impossibilitam a construção da confiança, o que acaba por gerar riscos à saúde. O estudo foi do tipo qualitativo que teve por instrumento uma entrevista semiestruturada compreendendo 13 questões subjetivas além de um questionário sócio demográfico. Com relação aos participantes, obteve-se 10 trabalhadores, sendo 4 mulheres e 6 homens, que se encontravam em atendimento no [Centro de Referência em Saúde do Trabalhador \(CEREST\)](#) Regional em João Pessoa-PB. Para a análise dos dados, fez-se uso da análise de conteúdo com recortes por temas (Laville e Dionne, 1999). A justificativa deste trabalho se dá mediante a realidade de crescimento no número de casos de afastamento por motivo de doença e a escassez de literatura na área.

Palavras-Chave: cooperação, relação sofrimento/prazer, reconhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dejours, C. (2011b). O trabalho como enigma. In S. Lancman & L. I. Sznalwar (Orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (pp. 151-166). Rio de Janeiro: Fiocruz, Brasília: Paralelo 15

Dejours, C. (2011h). A Saúde mental entre impulsos individuais e requisitos coletivos (sublimação e trabalho). In S. Lancman & L. I. Sznalwar (Orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (pp. 409 - 430). Rio de Janeiro: Fiocruz, Brasília: Paralelo 15.

Dejours, C. (2011i). Patologia da comunicação. In S. Lancman & L. I. Sznalwar (Orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (pp. 341-379). Rio de Janeiro: Fiocruz, Brasília: Paralelo 15.

Laville, C. & Dionne, J. (1999). Das informações à comunicação. In: C. Laville e J. Dionne. *A construção do saber: manual de metodologia em ciências humanas* (pp. 197-231) Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG.

INTENÇÃO DE ADOTAR UMA CRIANÇA: UMA EXPLICAÇÃO PAUTADA NOS VALORES HUMANOS E NOS ESTEREÓTIPOS

Aluno: Jérssia Laís Fonseca dos Santos

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Patrícia Nunes da Fonsêca

Leitor(a): Prof.^a Dr.^a Maria da Penha de Lima Coutinho

Núcleo de Pesquisa: Bases Normativas do Comportamento Social - BNCS

Leitor Externo: Prof. Dr. Bernardino Calvo

A adoção é uma medida de proteção social que proporciona às crianças que não puderam conviver no ambiente familiar de origem, a possibilidade de pertencer a uma nova família, garantindo assim, o direito fundamental à convivência familiar. Atualmente tem sido uma temática abordada pela literatura sob diferentes enfoques, no entanto, grande parte das pesquisas focalizam os comportamentos e as dificuldades das crianças que são adotadas, o que contribui para reforçar estereótipos negativos referentes a adoção (Huber & Siqueira, 2010). Os estereótipos são imagens ou representações coletivas, isto é, são ideias preconcebidas comuns a um grupo social, que cada sujeito faz de uma classe de pessoas (Tajfel, 1972). Com relação ao grupo das crianças adotadas, destaca-se que estas são vistas pela sociedade como problemáticas, revoltadas, que carregam um “trauma” por terem sido abandonadas (Weber, 2011), o que contribui para enfraquecer a prática da adoção. Ademais, os estereótipos são influenciados pelos valores humanos, definidos como princípios que transcendem situações específicas, orientando as pessoas em suas atitudes e comportamentos (Gouveia, 2013). Isto posto, questiona-se: em que medida os valores humanos influenciam os estereótipos e, estes por sua vez, a intenção das pessoas adotarem uma criança? Frente a esta problemática, o presente estudo objetiva analisar se os valores humanos, mediados pelos estereótipos da criança adotada, predizem a intenção de adotar. Especificamente, pretendeu-se elaborar a *Escala de Estereótipos da Criança Adotada (EECA)*; conhecer evidências psicométricas da *EECA*; identificar a relação entre os estereótipos da criança adotada, as subfunções valorativas e a intenção de adotar; e conhecer o poder preditivo dos valores humanos e dos estereótipos da criança adotada, na intenção de adotar. Para tanto, foram realizados três estudos. Na ocasião será apresentado apenas os resultados do primeiro estudo, considerando que os demais se encontram em andamento. O *Estudo 1* objetivou elaborar a *Escala de Estereótipos da Criança Adotada (EECA)*, conhecendo suas propriedades psicométricas. Participaram 208 pessoas da população geral de João Pessoa (PB), sendo 52,9% do sexo feminino, com idade média de 24,6 anos ($DP = 7,27$). Os participantes responderam a *Escala de*

Estereótipos da Criança Adotada (EECA) e questões sociodemográficas. Com base na literatura foram elaborados 40 itens, os quais foram submetidos as análises de juízes e semântica. Utilizou-se o SPSS para realizar análises descritivas, teste *t* de *Student*, análise de componentes principais (ACP) e consistência interna. Inicialmente, verificou-se o poder discriminativo dos itens, sendo excluídos oito itens por não diferenciar participantes com pontuações próximas. Prévia a realização da análise de componentes principais, testou-se a adequação do uso desta técnica por meio do $KMO = 0,84$ e *Teste de Esfericidade de Bartlett*, $\chi^2 (496) = 3064,35$; $p < 0,001$. Em seguida, realizou-se a análise de componentes principais, sem fixar número de componentes e utilizando rotação *varimax*. De acordo com o critério de Kaiser foram identificados sete componentes e conforme o critério de Cattell três. Para dirimir o número de componentes efetuou-se uma análise paralela, esta confirmou a estrutura com três componentes e 28 itens. No entanto, optando-se por uma versão mais parcimoniosa do instrumento, reduziu-se cada componente a seis itens, com cargas fatoriais entre 0,54 e 0,84, que explicou 54,3% da variância total, apresentando índices de consistência interna satisfatórios: *comportamentos indesejáveis* ($\alpha=0,87$), *comportamentos desejáveis* ($\alpha=0,83$) e *atributos psicológicos negativos* ($\alpha=0,71$). Portanto, concluiu-se que tais resultados permitiram reunir evidências de validade fatorial e consistência interna da *EECA*, podendo ser empregada em estudos futuros.

Palavras-Chave: Intenção de adotar; Valores Humanos; Estereótipos.

Referências

- Gouveia, V. V. (2013). *Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: fundamentos, aplicações e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Huber, M. Z., & Siqueira, A. C. (2010). Pais por adoção: A adoção na perspectiva dos casais em fila de espera. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12, 200-216.
- Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. In S. Moscovici (Ed.), *Introduction à la Psychologie Sociale* (pp. 272-302). Paris: Larousse.
- Weber, L. N. D. (2011). *Aspectos psicológicos da adoção*. Curitiba: Juruá

CONCEPÇÕES DE FAMILIARES E AGENTES ESCOLARES ACERCA DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: O QUE A PSICOLOGIA ESCOLAR TEM A DIZER?

Aluno: Jéssica Andrade de Albuquerque

Orientadora: Profa. Dra. Fabíola de Sousa Braz Aquino

Leitora: Profa. Dra. Nádia Maria Ribeiro Salomão

Núcleo de Pesquisa: Núcleo de Estudos em Interação Social e Desenvolvimento
Infantil

Leitor Externo: Prof. Dr. André Faro

O presente estudo investiga as concepções de familiares e agentes escolares sobre a relação família-escola, discutindo, especificamente, a atuação do psicólogo escolar nessa relação. A relevância e atualidade dessa discussão são demonstradas em pesquisas realizadas com profissionais de escolas públicas tais como gestores, professores e psicólogos, que relatam como uma das principais causas das queixas escolares endereçadas aos psicólogos, o “mau comportamento” das crianças e o tipo de participação das famílias no processo de escolarização dos filhos. Na maioria desses estudos, a família foi considerada pelos referidos profissionais como ausente dos processos escolares dos filhos e ainda como um dos motivos pelos quais os estudantes não obtinham êxito nas atividades escolares. Um conjunto de pesquisas demonstra ainda que o campo relacional entre família e escola é muito frágil e marcado por tensões (Polonia & Dessen, 2005; Oliveira & Marinho-Araújo, 2010; Marcondes & Sigolo, 2012). De acordo com Oliveira (2002), a relação família-escola ocorre muitas vezes de maneira unilateral, configurada pelo poder de orientação da escola sobre as famílias, culpabilização das famílias pelos entraves na educação dos filhos e ainda em razão da ausência de responsabilização compartilhada. Diante do exposto, o trabalho que ora se apresenta tem como objetivo conhecer as concepções e ações de psicólogos escolares, professores, gestores escolares e pais/responsáveis de crianças acerca da relação família-escola. O estudo corresponde a uma pesquisa de campo de natureza qualitativa, cujos participantes foram 60 pais/responsáveis, 30 professores, 6 gestores e 5 psicólogos escolares de seis escolas públicas de Ensino Fundamental I do município de João Pessoa-PB. As referidas escolas foram selecionadas aleatoriamente por meio de sorteio, o qual foi realizado considerando os nove pólos educacionais da cidade. A pesquisa foi realizada em escolas de seis pólos, os quais tiveram uma de suas escolas selecionadas para fazer parte do estudo. Para conhecer as concepções dos participantes acerca da relação família-escola, foram utilizados três roteiros de entrevista semi-estruturadas,

destinadas aos psicólogos escolares, professores e gestores, além de um questionário direcionado aos pais. As entrevistas foram realizadas individualmente e registradas por meio de áudio para posterior análise. Foram analisados também os documentos oficiais das Instituições de Ensino e registradas em diários de campo as vivências e cotidiano das escolas nas visitas realizadas. Os resultados preliminares evidenciaram, de maneira geral, que as instituições responsabilizam as famílias pelos entraves na educação dos filhos e apontam dificuldades em estabelecer uma relação de parceria e participação efetiva com as famílias no processo de escolarização das crianças. Por outro lado, os familiares entrevistados destacam as qualidades das equipes escolares, salientando o fácil acesso que possuem nas interações com as equipes, porém referem superficialidade de informações nos encontros da família com a escola e suas falas revelam aspectos que podem ser aprimorados pelas instituições, tais como os conteúdos e frequência das reuniões, projetos que podem ser desenvolvidos junto às famílias e condutas dos profissionais das escolas que podem favorecer o vínculo com os familiares. Salienta-se que escola e família devem trabalhar em colaboração e que a relação entre ambas necessita ser reconstruída. Pretende-se, após a análise detalhada dos resultados dessa pesquisa, levantar indicadores que possam subsidiar intervenções de psicólogos que atuam no contexto escolar com vistas a potencializar as relações interpessoais entre familiares e agentes escolares e os processos de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Família; Escola; Psicologia Escolar.

Referências

- Marcondes, K. H. B., Sigolo, S. R. R. L. (2012). Comunicação e Envolvimento: Possibilidades de Interconexões entre Família-escola? *Paidéia*, 22(51), 91-99.
- Oliveira, L. C. F. (2002). *Escola e família numa rede de (des)encontros: um estudo das representações de pais e professores*. São Paulo: Cabral Editora.
- Oliveira, C. B. E., Marinho-Araújo, C. M. (2010). A relação família-escola: intersecções e desafios. *Estudos de Psicologia*, 27(1), 99-108.
- Polonia, A. da C. & Dessen, M.A. (2005). Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. *Psicologia Escolar e Educacional* (pp.303-312). Vol. 9. nº 2. Campinas, SP.

A VOZ DO POVO É A VOZ DE DEUS: DITADOS POPULARES E A CRENÇA NO MUNDO JUSTO

Aluna: Layanne Vieira Linhares

Orientadora: Profa. Dra. Ana Raquel Rosas Torres

Leitor: Prof. Dr. Cícero Pereira

Núcleo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa em Comportamento Político - GPCP

Leitor Externo: Prof. Dr. Bernardino Calvo

Dentre os diversos sistemas de crenças estudados na psicologia social, a Crença no Mundo Justo (CMJ) tem recebido um grande destaque. O conceito de CMJ foi introduzido por Melvin Lerner e traz, em sua essência, a ideia de que as pessoas têm o que merecem e merecem o que têm (Lerner, 1980). É possível constatar que o desenvolvimento da CMJ é de grande importância para os indivíduos, pois essa crença teria o poder de amenizar o sofrimento psicológico enfrentado por eles, dando um sentido tanto as injustiças observadas ao seu redor, quanto as por eles vivenciadas. Assim, a CMJ se torna essencial para a manutenção de um sentimento de segurança face às injustiças da vida, uma vez que ela permite ao indivíduo manter uma sensação de controle, de invulnerabilidade pessoal e manutenção de confiança no futuro.

Atualmente, existem várias escalas de CMJ. No entanto todas têm em comum as críticas ao primeiro instrumento desenvolvido por Rubin e Peplau (1973). Em 2016, buscando verificar a existência de um instrumento que medisse a CMJ desenvolvido no Brasil, realizou-se uma busca nas plataformas de pesquisa *Google Acadêmico* e *SciELO*, e encontrou-se apenas a validação de duas escalas para o contexto brasileiro.

Dessa forma, o presente estudo objetivou apresentar as evidências psicométricas de uma escala da CMJ construída a partir de ditados populares. Especificamente, buscou-se testar sua estrutura fatorial, bem como apresentar evidências de sua validade e precisão. A ideia de utilizar os ditados populares parte do pressuposto que a linguagem funciona como um elemento de comunicação e interação entre os indivíduos e a sociedade na qual interagem, assim, os ditados populares poderiam transmitir saberes importantes que atuam como uma forma de manutenção da CMJ.

Participaram desse estudo 122 indivíduos da população geral, que foram selecionados através de uma amostragem não-probabilística do tipo bola de neve. O questionário foi composto pelas seguintes escalas: Escala Geral de CMJ e Escala Global de CMJ, ambas validadas para o contexto brasileiro por Pimentel et. al. (2010) e Gouveia et. al. (2010), respectivamente. Uma escala de vitimização secundária (in

press, 2016), e uma escala contendo os sete itens desenvolvidos para este trabalho. Os dados foram analisados com o pacote estatístico SPSS – versão 21.0 e pelo *software* AMOS 6 (*Analysis of Moment Structures*).

A adequação da escala foi verificada por meio do valor significativo dos testes de esfericidade de *Bartlett*, $\chi^2 (21) = 234,227$; $p < 0,001$ e do índice KMO (*Kaiser-Meyer-Olkin*) = 0,816. A validade de construto foi avaliada a partir dos critérios de Kaiser e Cattell e confirmada de modo mais rigoroso através da AFC, reforçando uma solução unifatorial, o que corrobora com os estudos anteriores. No que se refere à precisão do instrumento, o índice de consistência interna (alfa de Cronbach) está de acordo com os critérios de aceitabilidade ($\alpha = 0,781$). A partir das evidências obtidas, considera-se que o objetivo foi alcançado, uma vez que, a escala apresentou bons índices psicométricos. Torna-se importante ressaltar que essa medida se torna mais vantajosa por ser uma medida de poucos itens, o que favorece uma fácil compreensão e aplicação.

Palavras chave: Crença no Mundo Justo, ditados populares e validade

Referências Bibliográficas:

- Lerner, M. J. (1980). *The belief in a just world: A fundamental decision*. New York: Plenum.
- Gouveia, V. V., Pimentel, C. E., Coelho, J. A. P. M., Maynard, V. A. P., & Mendonça, S. T. (2010). Validade fatorial confirmatória e consistência interna da Escala Global de Crenças no Mundo Justo–GJWS. *Interação em Psicologia*, *14*, 21–29.
- Pimentel, C. E., Gouveia, V. V., Diniz, P. K., Saenz, D. P., Santos, A. M. V., & Vieira, I. S. (2010). Evidências de validade de construto e precisão da Escala Geral do Mundo Justo. *Boletim de Psicologia*, *60*, 167–180

SLUT SHAMING E PORN REVENGE: ANÁLISE DAS VIVÊNCIAS DE MULHERES JOVENS E REPERCUSSÕES PARA A SAÚDE MENTAL

Aluna: Letícia de Mélo Sousa

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli

Leitora: Prof^a. Dr^a. Maria de Fatima Pereira Alberto

Núcleo de Pesquisa: Núcleo de Pesquisa em Vulnerabilidades e Promoção da Saúde

Leitor Externo: Prof. Dr. André Faro

A exposição e humilhação de mulheres pelas suas práticas sexuais é conhecida pela expressão inglesa *slut shaming* (sem tradução para o português), destacando-se dentre suas práticas o *porn revenge*, conhecido no Brasil pelo termo “pornografia de vingança”. A pornografia de vingança consiste na publicação e compartilhamento, sem o consentimento da vítima, de vídeos ou fotos que contenham nudez ou atos sexuais. Tal fenômeno configura-se como violência psicológica contra a mulher, causando sérios danos à sua saúde mental e convivência social. Considerando que a prática do *porn revenge* é perpassada pelas relações de gênero, este estudo tem como referencial teórico a perspectiva de gênero, conforme propõe Scott (1995), objetivando analisar as vivências de mulheres jovens que sofreram exposição e humilhação na internet por suas práticas sexuais e as repercussões dessa vivência para a saúde mental. Como objetivos específicos, procura-se: identificar as repercussões da vivência das participantes para a vida nos âmbitos social, profissional/escolar e especialmente para a sua saúde mental; caracterizar as estratégias de enfrentamento utilizadas por tais mulheres diante da situação de exposição/humilhação na internet por suas práticas sexuais; verificar como estas vivências repercutiram para a saúde mental dessas mulheres. Participarão mulheres jovens, maiores de 18 anos, e que tenham experienciado alguma forma de exposição e humilhação na internet por suas práticas sexuais. Os instrumentos de pesquisa utilizados foram: questionário online com questões para caracterizar a participante em seus aspectos sociodemográficos e sobre a vivência do *slut shaming*, como uma forma de entrar em contato com as participantes para a realização da entrevista; e uma entrevista semiestruturada com questões norteadoras sobre a temática em estudo. Inicialmente, foi divulgado através da internet o questionário online. Todas aquelas que informaram no questionário que desejavam falar mais sobre sua experiência foram contatadas pela pesquisadora através de e-mail ou telefone, de forma a explicar melhor a pesquisa e combinar a entrevista, realizada via Skype. Para preservar a identidade e o sigilo das informações, as participantes não utilizaram suas contas

peçoais do Skype para a realização da entrevista, bem como não forneceram nenhuma informação peçoal. O material coletado com as entrevistas será analisado através do método da análise de conteúdo temático-categorial. Até o presente momento, o questionário foi respondido por 10 mulheres, das quais uma resposta teve que ser anulada por não se referir à temática estudada (n=9). As participantes têm, em média, 24,7 anos (variando ente 19 e 33 anos, DP=3,76), e possuem, em sua maioria, ensino superior. A renda mensal média das participantes foi de R\$6.926,66 ao mês (variando entre R\$2.500,00 e R\$13.200,00 ao mês), e a maioria das participantes se autodeclarou branca (n=7), e afirmou não ter religião (n=6). Em relação a experiência de exposição e humilhação na internet, as participantes tinham na época, em média, 16,7 anos (variando entre 14 e 24 anos, DP=3,45). Verificou-se que o agressor foi, em maioria, um parceiro ou ex-parceiro da participante (n=5), seguido por amigo (n=2) e desconhecido (n=2). Entre aquelas que tiveram material íntimo seu exposto na internet, elas declararam ter consentido a produção do material, mas não a divulgação pelo receptor/parceiro ou por terceiros. Já aquelas que não tiveram material íntimo seu exposto na internet mas sofreram algum tipo de exposição online declararam que sofreram com a exposição de relatos (verídicos ou não) acerca da sua vida sexual, que tiveram material íntimo que não era seu atribuído a si, ou que foi criado um perfil falso em sites/redes sociais pornográficos com fotos e informações peçoais suas. Algumas participantes também sofreram com ameaças de exposição online, de forma a coagi-las a não denunciar um crime (Ex.: estupro) ou para coagi-las a realizar ato libidinoso / manter uma relação afetiva. Foram realizadas, até o presente momento quatro entrevistas que estão em processo de análise. Não obstante, a partir do processo de transcrição, foi possível observar aspectos emergentes nas falas das participantes, relacionadas à reação da sociedade (culpabilização da mulher; perseguição e assédio por estranhos); reação das autoridades (ausência de legislação específica, desconhecimento dos procedimentos de acolhimento à vítima e persuasão para não denunciar); reação dos profissionais de saúde mental (irrelevância; atenção psicoterápica desnecessária; ignorância das repercussões na vida das vítimas).

Palavras-Chave: Slut shaming; Porn revenge; Gênero; Saúde mental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. (Trad. Guacira Lopes). *Revista Educação e Realidade*, 20(2), 71-99.

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENTRE O DOMÍNIO PESSOAL DE FILHOS ADOLESCENTES E O ESTILO AUTORITÁRIO DOS PAIS

Aluno: Lívia Braga de Sá Costa

Orientadora: Profa. Dra. Cleonice Pereira dos Santos Camino

Leitor(a): Prof. Dr. Júlio Rique

Núcleo de Pesquisa: Desenvolvimento Sócio-Moral (NPDSM)

Leitor Externo: Profa. Dra. Tatiana Lucena Torres

Introdução: Autores da Psicologia do Desenvolvimento têm centrado esforços no estudo da família, na tentativa de compreender como a educação parental pode influenciar o desenvolvimento da criança e do adolescente para a vida em sociedade. Dentre esses autores, destacam-se as contribuições de Elliot Turiel (1983) e Larry Nucci (1981), segundo os quais as relações que os indivíduos estabelecem na sociedade são mediadas por domínios específicos que se desenvolvem paralelamente na infância e regulam as interações sociais. Entre esses domínios, enfatiza-se, neste estudo, o Domínio Pessoal, que se refere à prerrogativas do indivíduo, que têm como finalidade a manutenção de sua identidade, e o Domínio da Prudência, que está relacionado com a prevenção de danos que poderiam ser causados ao próprio indivíduo. **Objetivo:** verificar como filhos adolescentes resolvem conflitos entre o seu Domínio Pessoal e o uso da autoridade parental a partir de diferentes situações hipotéticas. **Método:** trata-se de um estudo exploratório. Num primeiro momento, foi realizada uma pesquisa piloto com 10 adolescentes da cidade de João Pessoa, visando a construção de um instrumento envolvendo conflitos entre o Domínio Pessoal dos filhos e o Autoritarismo dos pais, seguidos de uma entrevista semi-estruturada. Como resultado, foi elaborado um instrumento com cinco dilemas, relativos ao Início da Vida Sexual, à Escolha da Carreira Profissional, ao Direito à Privacidade, à Saída Noturna e à Orientação Sexual. Na pesquisa definitiva, a amostra constou de 36 adolescentes, estudantes de escola da rede privada, que foram divididos igualmente conforme o sexo. Os resultados serão analisados através da Classificação Hierárquica Descendente, utilizando-se o software Alceste (Reinert, 1983) e da análise de conteúdo (Bardin, 1970). **Resultados parciais/Discussão:** As análises do Alceste deram origem aos seguintes resultados: no dilema do Início da Vida Sexual, a CHD levou em conta 70% do total de u.c.e., distribuídas em quatro classes (*Danos Sexuais, Danos nas Relações Intrafamiliares, Diálogo para a Vida Sexual e Idade do adolescente*); no dilema do Direito à Privacidade, a CHD reteve 86% do total de u.c.e. do corpus, que foram organizadas

através de quatro classes (*Idade do Adolescente, Privacidade Relativa x Privacidade Total, Reação e Julgamento relativos à Atitude Materna e Como mãe e filho deveriam agir*); no dilema da Orientação Sexual, A CHD reteve 82% do total de u.c.e. do corpus, que se dividiu em três classes (*Variáveis biopsicossociais relacionadas a orientação sexual, Crítica ao autoritarismo dos pais e Expectativas sobre o comportamento de pais e filhos*). Nos três dilemas já analisados, ressalta-se a importância da variável idade atribuída pelos adolescentes como um requisito para a defesa de sua própria autonomia. Foram encontradas diferenças relativas ao sexo nas classes do dilema do Início da Vida Sexual: no discurso das adolescentes do sexo feminino, o início da vida sexual está ligado a prejuízos nas relações familiares, como perda de confiança dos pais, proibições e retirada de afeto, enquanto que, para os adolescentes do sexo masculino, o início da vida sexual está ligado à necessidade de um diálogo entre pais e filhos visando a prudência do adolescente. Este dado indica como a educação sexual feminina ainda é atravessada pela repressão, evidenciando uma desigualdade nos direitos sexuais. No Dilema da Orientação Sexual, a classe Crítica ao Autoritarismo dos Pais manifesta uma crítica ao preconceito contra os homossexuais, indicando uma tomada de perspectiva do adolescente no sentido de favorecer a autonomia do indivíduo para assumir sua orientação. Estão sendo realizadas as análises do Alceste para os outros dois dilemas, assim como a análise de conteúdo para todos os dilemas.

Palavras-chave: Domínio Pessoal na adolescência; autoritarismo dos pais; conflito

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Turiel, E. (1983). *The development of social knowledge: Morality and convention*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Nucci, L. (1981). Conceptions of personal issues: A domain distinct from moral or societal concepts. *Child Development*, 52, 114-121.
- Sapiro, C., Turiel, E., Nucci, L. (2006). Brazilian adolescents' conceptions of autonomy and parental authority. *Cognitive Development*, 21, 317-331.

VALIDAÇÃO DE ESCALAS REFERENTES À AUTONOMIA

Aluno: Moisés Fernandes de Araújo Silva

Orientadora: Profa. Dra. Cleonice Pereira dos Santos Camino

Leitor(a): Profa. Dra. Nádia Maria Ribeiro Salomão

Núcleo de Pesquisa: Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sócio-moral (NPDSM)

Leitor Externo: Prof. Dr. Bernardino Calvo

Introdução: Várias pesquisas têm se dedicado em estudar as expectativas de pais e filhos em relação à idade para se atingir a autonomia comportamental, definindo-a como a habilidade do indivíduo para tomar decisões de forma independente. Entretanto, no Brasil não foram encontrados estudos dessa natureza. **Objetivo:** Considerando-se a autonomia como um aspecto muito importante no desenvolvimento psicossocial, o objetivo geral deste estudo consiste na adaptação e validação de dois instrumentos referentes à avaliação da autonomia comportamental. **Método:** A amostra foi composta de 225 sujeitos com idades variando de 13 a 18 anos. A partir de uma versão adaptada nos EUA (Villalobos, 2013) da *Teen Timetables* (Feldman & Quatman, 1988), foram construídos dois instrumentos com os mesmos itens (24), porém com instruções diferentes: a *Escala de Expectativas de Idade para Autonomia Comportamental (EEIAC)*, em que os sujeitos respondiam a idade que eles esperavam poder fazer determinados comportamentos ou, se já o faziam, quando começaram; e a *Escala de Julgamento da Idade Ideal para Autonomia Comportamental – EJIAC*, em que os sujeitos respondiam que idade eles consideravam ser a ideal para alcançar a autonomia comportamental. Nas duas escalas, as pontuações mais altas indicam menos autonomia comportamental. **Resultados e Discussão:** Os dados obtidos nas escalas foram submetidos a Análises Fatoriais Exploratórias (AFE). Ambas apresentaram índices psicométricos satisfatórios para fatorabilidade dos dados (*KMO* e *teste de Esfericidade de Bartlett*) e cada uma delas apresentou dois fatores denominados *Relacionamentos* (comportamentos de amizade e namoro) e *Pessoal* (escolhas de roupas, escolher estilo do cabelo, etc). Tanto na EEIAC como na EJIAC, o fator *Relacionamentos* explicou, respectivamente, 37,78% e 38,72%; enquanto o fator *Pessoal* explicou, respectivamente, 12,12% e 12,81%. Os alfas de Cronbach para ambas as escalas foram idênticos - 0,92. Foram realizados testes t que mostraram que: (1) a média do fator *Relacionamento* foi significativamente superior à média do fator *Pessoal* nos dois instrumentos; (2) a média do fator *Relacionamento* na EJIAC foi superior em relação à média do mesmo fator na EEIAC; (3) a média do fator *Pessoal* na EEIAC foi superior à

média do fator *Pessoal* na EJIAC. Além dessas análises, foram realizadas MANOVAS para cada um dos instrumentos, considerando as médias dos fatores como critérios. Na EEIAC verificou-se: (1) efeito da variável *sexo* em relação ao fator *Relacionamento*, indicando que o sexo feminino pontuou mais alto; (2) efeito da variável *Tipo de Escola* em relação aos dois fatores, nos quais os participantes de escolas públicas pontuaram mais alto; (3) efeito da variável *Idade* em relação aos dois fatores, nos quais os adolescentes mais velhos (16-18) pontuaram mais alto. Na EJIAC, foi verificado efeito apenas da variável *Tipo de Escola*, indicando que os estudantes de escolas públicas pontuaram mais alto nos dois fatores. Esses resultados permitem concluir que os adolescentes: defendem a emergência de comportamentos pessoais mais cedo do que comportamentos que envolvem relacionamentos; acreditam que a idade ideal para atingir a autonomia para comportamentos referentes a relacionamentos é mais tardia do que a idade em que eles gostariam de poder alcançar essa autonomia; consideram mais prematura a idade ideal para realizar comportamentos pessoais do que a idade em que eles esperam poder realizá-los; do sexo feminino esperam atingir a autonomia comportamental para relacionamentos mais tarde do que os meninos; mais jovens esperam atingir a autonomia comportamental mais cedo do que os mais velhos; alunos de escolas privadas não só esperam, mas também consideram ideal atingir a autonomia comportamental mais cedo do que alunos de escolas públicas.

Palavras-Chave: Desenvolvimento da autonomia, adolescência, validação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Feldman, S., & Quatman, T. (1988). Factors influencing age expectations for adolescent autonomy: A study of early adolescents and parents. *Journal of Early Adolescence*, 8, 325-343.
- Villalobos, M. (2003). When culture and autonomy clash : Puerto Rican adolescents' prioritizing of Latino cultural values and autonomy desires (Doctoral Dissertation, University of Rochester). Retrieved from <http://hdl.handle.net/1802/28292>

**ESTRATÉGIAS DE RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS CONJUGAIS: UMA
EXPLICAÇÃO A PARTIR DA PERSONALIDADE E DOS VALORES
HUMANOS**

Aluna: Nájila Bianca Campos Freitas

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Patrícia Nunes da Fonsêca

Leitor interno: Prof. Dr. Valdiney Veloso de Gouveia

Núcleo de Pesquisa: Bases Normativas do Comportamento Social

Leitor Externo: Prof. Dr. Bernardino Calvo

Os relacionamentos conjugais atuais têm sido caracterizados pela independência e satisfação dos interesses pessoais. A incompatibilidade de interesses, opiniões, desejos e metas pessoais tem resultado em um aumento de situações de conflitos entre os cônjuges (Delatorre & Wagner 2015). Os fatores que desencadeiam os conflitos são influenciados por características pessoais e sociais dos cônjuges (Duarte, 2005). Logo, será que os traços de personalidade e os valores humanos predizem as estratégias de resolução dos conflitos conjugais? Acredita-se que os traços de personalidade permitirão conhecer as características pessoais de cada indivíduo (Pervin & Jonh, 2004) e os valores possibilitará inferir sobre os aspectos sociais, por possuírem um caráter funcionalista ao guiar as ações humanas e expressar suas necessidades (Gouveia, 2013). Neste sentido, esta dissertação tem por objetivo geral analisar se os traços de personalidade e os valores humanos predizem as estratégias de resolução dos conflitos conjugais. Especificamente, identificar a relação entre os traços de personalidade, as subfunções valorativas e as estratégias de resolução dos conflitos conjugais; conhecer em que medida os traços de personalidade e os valores humanos explicam as estratégias de resolução dos conflitos; e verificar a influência das variáveis sociodemográficas nas estratégias de resolução dos conflitos conjugais. Para tanto, contou-se com uma amostra de 252 participantes da cidade de João Pessoa (PB), sendo a maioria do sexo feminino (57,1%), com idade média de 38 anos ($DP = 10,87$), casados oficialmente (68,9%), com tempo de união superior a 10 anos (50,0%). Os participantes responderam o *Conflict Resolution Behavior Questionnaire*, o *Questionário dos Valores Básicos*, o *Inventário dos Cinco Grandes Fatores da Personalidade* e o questionário sociodemográfico. Para as análises, utilizou-se o programa SPSS para realização de estatísticas descritivas, correlação (r de *Pearson*) e regressão linear múltipla. Os resultados indicaram que a dimensão *acordo* das estratégias de resolução dos conflitos se relacionou positivamente com os traços de personalidade *abertura à mudança*, *conscienciosidade*, *extroversão* e

amabilidade; e negativamente com o *neuroticismo*. A dimensão *evitação* se relacionou de forma negativa com *amabilidade*, e por último, a dimensão *ataque* se relacionou positivamente com o traço *neuroticismo* e negativamente com *amabilidade*. Tendo em conta os correlatos valorativos, observou-se que as subfunções *suprapessoal* e *interativa* apresentaram relação positiva com a dimensão *acordo*. Na análise de regressão observou-se que a dimensão *acordo* das estratégias de resolução dos conflitos foi predita de forma positiva pelo traço *amabilidade* pela subfunção *suprapessoal*; e de forma negativa pelo traço *neuroticismo*. A dimensão *evitação* foi predita negativamente pelo traço *amabilidade*. Por fim, a dimensão *ataque* foi predita positivamente pelo traço *neuroticismo* e negativamente pelo traço *amabilidade*. Desse modo, confirmou-se que os traços de personalidade e os valores se revelaram como preditores das estratégias de resolução dos conflitos conjugais.

Palavras-Chave: personalidade; valores; estratégias de resolução de conflitos.

REFERÊNCIAS

- Delatorre, M. Z., & Wagner, A. (2015). Estratégias de resolução de conflitos conjugais: evidências de validade do CRBQ. *Avaliação Psicológica*, 14(2), 233-242.
- Gouveia, V. V. (2013). *Teoria Funcionalista dos Valores Humanos: fundamentos, aplicações e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Marchand, J. F., & Hock, E. (2000). Avoidance and Attacking Conflict-Resolution Strategies Among Married Couples: Relations to Depressive Symptoms and Marital Satisfaction. *Family Relations*, 49(2), 201-206.
- Pervin, L. A., & John, O. P. (2004). *Personalidade: Teoria e pesquisa*. Porto Alegre, RS: Artmed.

PERDÃO E CRESCIMENTO PÓS-TRAUMÁTICO NO ÂMBITO DO DIVÓRCIO: UMA EXPLICAÇÃO PAUTADA NOS VALORES HUMANOS

Discente: Ricardo Neves Couto

Orientador(a): **Prof. Dr.^a** Patrícia Nunes da Fonsêca

Leitor: **Prof. Dr.** Valdiney Veloso Gouveia

Núcleo de pesquisa: Base Normativa do Comportamento Social

Leitor Externo: Prof. Dr. Bernardino Calvo

O divórcio, rompimento legal do vínculo conjugal, tem crescido nos últimos anos, como mostra os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que registrou em 2004, 130,5 mil e em 2014, 341,1 mil divórcios (Brasil, 2014). A opção de pôr fim ao casamento é a última decisão tomada pelos cônjuges que reconhecem não terem superado momentos de conflitos, mágoas e injustiças durante o relacionamento. Contudo, a qualidade na relação entre os ex-cônjuges, poderá ser determinada pela vontade de perdoar que cada um manifesta. Estando relacionado a adaptação e ao bem-estar físico e psicológico, o perdão é concedido quando a pessoa tem consciência de ter sido vítima de uma injustiça, mas abandona os sentimentos negativos (vingança e rancor) e oferece ao transgressor sentimentos positivos (compaixão e amor; McCullough & Witvliet, 2002). Assim, o indivíduo que perdoa seu ex-cônjuge poderá direcionar as energias para novos projetos, focalizar no que faz a vida valer a pena e buscar novas possibilidades e aprendizagens, aumentando a probabilidade de apresentar crescimento pós-traumático (CPT). Esse construto é caracterizado por mudanças psicológicas positivas (e.g. reconhecimento de forças, valorização da vida, novas possibilidades) que a pessoa experimenta, resultando de um processo de luta frente à vivência de eventos traumáticos (Tedeschi & Calhoun, 1996). Buscando maximizar a ocorrência do perdão e das mudanças positivas no âmbito do divórcio, acrescenta-se os valores humanos como explicadores, em razão de sua natureza benevolente. Esse estudo é ancorado na Teoria Funcionalista dos Valores Humanos que os consideram crenças duradouras que transcendem situações específicas, expressa cognitivamente as necessidades e guiam o comportamento humano (Gouveia, 2013). Dessa forma, este trabalho tem como objetivo conhecer em que medida os valores humanos explicam o perdão e o CPT no âmbito do divórcio. Para tanto foram realizados dois estudos. No Estudo 1 objetivou-se adaptar e reunir evidências de validade e precisão do *Cuestionario de Perdón en Divorcio-Separación* (CPD-S). Contou-se com uma amostra de 200 indivíduos (idades de 19 a 71 anos, $M = 38,42$, $DP = 11,51$) que já passaram pelo processo de divórcio. A maioria residia nos estados da

Paraíba (29,32%) e Piauí (27,21%) e foram distribuídos equitativamente entre os sexos. Todos responderam ao CPD-S e questões sociodemográficas. Ressalta-se que a realização do estudo foi aprovada pelo Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal da Paraíba (Parecer nº 1.197.954). Os resultados da análise fatorial exploratória, apoiada pelo KMO = 0,72 e o teste de esfericidade de *Bartlett* = 268,59(10); $p < 0,01$, indicaram a extração de um único fator, composto por 4 itens, tendo cargas fatoriais variando de 0,55 a 0,81 e consistência interna igualmente favorável (α de *Cronbach* = 0,78). O Estudo 2 teve como objetivos testar a estrutura do CPD-S e conhecer o poder preditivo dos valores humanos no perdão e no CPT. A amostra foi composta por 200 indivíduos (idades de 18 a 84 anos, $M = 42,02$, $DP = 11,99$) que já passaram pelo processo de divórcio. A maioria era residente no estado do Piauí (44,12%) e do sexo feminino (75%). Responderam os instrumentos do primeiro estudo além do Questionário de Valores Básicos e o *Posttraumatic Growth Inventory*. O resultado da análise fatorial confirmatória aponta bons índices de qualidade de ajuste do CPD-S, $CFI = 0,98$, $TLI = 0,96$, $RMSEA = 0,091$, confirmando sua estrutura unifatorial. Buscando verificar o poder preditivo dos valores humanos, observou-se através das regressões lineares múltiplas que a subfunção interativa explica o perdão e que as subfunções normativa e realização são as melhores preditoras do CPT. Os resultados sugerem que o indivíduo que endossa valores da subfunção interativa, focando na qualidade das relações, apresenta maiores índices de perdão, por se preocupar e nutrir sentimentos de cuidado e afeto com o outro. E pessoas que priorizam os valores da subfunção normativa, reconhecendo a existência de uma entidade superior e afirmação de sua fé para superação, e os da subfunção realização, necessitando de uma alta autoestima e a demonstração de competências, experienciam mudanças positivas pós-divórcio. Conclui-se que esse trabalho contribui com o avanço científico das temáticas e evidencia a centralidade dos valores nos estudos da Psicologia Social.

Palavras-chaves: Valores; Perdão; Crescimento Pós-Traumático.

Referências

- Brasil. (2014). *Estatísticas do Registro Civil 2013*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2013/default.shtm>.
- Gouveia, V.V. (2013). *Teoria funcionalista dos valores humanos: Fundamentos, aplicações e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- McCullough, M. E., & Witvliet, C. (2002). The psychology of forgiveness. In C. R. Snyder, & S. Lopez (Eds.), *Handbook of Positive Psychology* (pp. 446-458). New York: Oxford University Press
- Tedeschi, R. G., & Calhoun, L. G. (1996). The Posttraumatic Growth Inventory: Measuring the positive legacy of Trauma. *Journal of Traumatic Stress*, 9, 455-471.

VULNERABILIDADE AO HIV/AIDS DE JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA

Aluna: Stefanny Karulayne Figueiredo de Lucena

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli

Leitor(a): Prof^a. Dr^a. Silvana Carneiro Maciel

Núcleo de Pesquisa: Núcleo de Pesquisa Vulnerabilidade e Promoção da Saúde - NPVPS

Leitor Externo: Prof. Dr. Bernardino Calvo

O jovem e a juventude tem sido categorias sociais incessantemente estudadas e redefinidas, as transformações em torno dessas palavras tem início quando não existia uma demarcação da fase da adolescência e juventude. Os jovens apenas ganham evidência com os movimentos estudantis da década de 60 quando a condição juvenil passa a surgir em reflexões sociológicas no Brasil. Vários aspectos têm contribuído para a juventude surgir como tema de debates na sociedade contemporânea. Com relação a vulnerabilidade ao HIV/Aids, existe uma tendência de aumento de detecção ao HIV entre homens jovens, e é alto o índice de vulnerabilidade dos jovens frente ao HIV/Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis. Quando o ambiente de vivência do jovem é a rua é maior a vulnerabilidade as doenças sexualmente transmissíveis (DST/Aids), pelo uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas, por relações sexuais desprotegidas, difícil acesso aos preservativos, violência doméstica, exploração sexual comercial, entre outros fatores. O objetivo geral deste estudo é analisar a vulnerabilidade ao HIV/Aids com jovens em situação de rua. Os objetivos específicos são: identificar aspectos da vulnerabilidade com os jovens em situação de rua; verificar se os jovens identificam a condição de rua como fator que pode influenciar no aumento da vulnerabilidade; e identificar os fatores que influenciam a não adoção de práticas sexuais seguras entre jovens em condição de rua. Como referencial teórico é utilizado o modelo teórico da Vulnerabilidade elaborado por Ayres. Trata-se de um estudo de corte transversal, com design qualitativo e quantitativo, que está sendo realizado no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). A amostra é por conveniência com jovens, com idade que variou entre 18 a 24 anos (M= 20; DP=1,9). Até o momento participaram duas jovens do sexo feminino e seis jovens do sexo masculino, que estão em situação de rua na cidade de João Pessoa-PB, todos com grau de escolaridade até o ensino fundamental e apenas um relatou ter renda familiar (bolsa família). Os instrumentos utilizados foram uma entrevista semi-estruturada com itens da Escala de Práticas Sexuais e Vulnerabilidade, e um questionário sócio-demográfico. Os dados quantitativos foram analisados por estatística descritiva. As entrevistas foram

transcritas e estão em fase de análise através da técnica de análise categorial temática proposta de Figueiredo. Os resultados parciais apontam que estes jovens tiveram iniciação sexual entre os 11 e 14 anos ($M=13$; $DP=1,2$), dos quais três afirmaram não terem feito uso de preservativo. Atualmente, quatro participantes relataram uso constante de preservativo, um faz uso às vezes e três relataram nunca fazer uso. Metade dos participantes relataram parar de fazer uso do preservativo após um tempo de relacionamento. Cinco dos oito participantes relataram estar em algum relacionamento afetivo sexual, com tempo de relacionamento variando entre dois meses a quatro anos de relacionamento. Metade dos participantes possuem filhos, variando entre 1 a 3 filhos. A partir dos dados qualitativos, emergiram três categorias, sendo a primeira nomeada de “concepções acerca da aids”, tendo duas subcategorias: informações escassas acerca da aids e concepções negativas acerca da aids; a segunda categoria é a “prevenção” que tem duas subcategorias: o uso do preservativo nas relações sexuais e o cuidado; e a terceira “Aids e a situação de rua”. O presente estudo possibilitou abrir um espaço de discussão, de reflexão e de escuta sobre o HIV/Aids que até então parecia ser escasso ou inexistente na vivência dos jovens em situação de rua, pois os jovens relatam ter tido pouco ou nenhum contato com o tema, e expressaram a importância de discutir e falar sobre aids para servir alerta para prevenção ao HIV.

Palavras-Chave: vulnerabilidades; jovens; situação de rua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ayres, J. R. C. M.; Calazans, G. J.; Saletti-Filho, H. & França Jr., (2006). Risco, Vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. Em: Campos, de S. et. al. Tratado de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Paiva, V.; Ayres, J. R. & Buchalla, C. M. (2012). Vulnerabilidade e direitos humanos – prevenção e promoção da saúde - Da doença à cidadania. Curitiba, PR: Juruá.
- [Máximo, T. A. C. O.](#) & [Alberto, M.F.P.](#) (2013). O retrato da Juventude e das políticas públicas sob a ótica da produção acadêmica. Em: N. T. Alves, J. M. Andrade, I. F. Rodrigues, J. B. Costa. *Psicologia: reflexões para ensino, pesquisa e extensão*. João Pessoa: Editora da UFPB.

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE FAMÍLIA E ABRIGO NA
PERSPECTIVA DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL**

Aluno (a): Tátia Mirellis de Oliveira Alexandre

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Carneiro Maciel

Leitor(a): Profa. Dra. Maria de Fátima Pereira Alberto

Núcleo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa em Saúde Mental e Dependência Química

Leitor Externo: Prof. Dr. André Faro

O acolhimento institucional infantil é tido como uma forma de proteção a integridade física e psíquica de crianças ou adolescentes que se encontram em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, sendo estabelecido pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) como uma medida excepcional e provisória, ativada em casos de negligência e/ou violência no contexto familiar. Em função disso, o presente estudo objetivou conhecer e analisar as representações sociais compartilhadas por crianças em situação de acolhimento institucional acerca da família e do abrigo, a fim de compreender como elas ancoram e objetivam esses fenômenos a partir de experiências vividas. Entende-se como favorável a utilização do suporte teórico da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1987), a qual permite que o indivíduo construa uma referência sobre determinado significante que faz parte da realidade cotidiana, além de possuir a função de orientar condutas e práticas. Participaram da pesquisa 13 crianças abrigadas, de ambos os sexos, com idade entre 07 e 12 anos. A coleta foi realizada em quatro abrigos localizados na cidade de João Pessoa-PB, utilizando-se os seguintes instrumentos: (1) questionário sociodemográfico; (2) entrevista semiestruturada; e a Técnica Desenho-estória com tema. Os dados sócio-demográficos foram analisados através do cálculo de frequências simples. A entrevista semiestruturada e o desenho-estória com tema foram analisados através da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). Os resultados indicaram que as crianças em situação de acolhimento institucional representam família de forma afetuosa e através das relações de parentesco, como também pelos cuidados materiais e de lazer. Assim sendo, percebeu-se o núcleo central da representação social da família ancorado em sentimentos positivos, concepções socialmente compartilhadas, conforme a literatura e o senso comum. Verificou-se que o abrigo foi representado majoritariamente por cuidados materiais e de lazer, como também, as crianças apresentaram representações tanto positivas como negativas da instituição, indicando a presença de sentimentos ambivalentes. Constatou-

se na análise da entrevista que os participantes compararam o abrigo a um ambiente com laços afetivos próximos aos familiares, destacando a presença da cuidadora da instituição e das outras crianças abrigadas como elementos que remetem o abrigo a imagem da família. Nessa linha de pensamento é possível inferir que o conhecimento prático que as crianças possuíam sobre família serviu como âncora para formação da representação social do abrigo. Observou-se, ainda, que os participantes percebem preconceito por pertencerem a um grupo social em condições diferentes das esperadas, ou seja, espera-se socialmente que crianças e adolescentes estejam vivendo com suas famílias, o que não ocorre no caso de crianças abrigadas. Conforme Rodrigues, Gava, Sarriera e Dell'Aglio (2014), o acolhimento institucional mostra-se fortemente marcado por um processo de estigmatização e exclusão social, atribuindo uma identidade negativa aos acolhidos. Dessa forma, acredita-se que os resultados encontrados sirvam para novas reflexões sobre o tema e para realização de intervenções práticas frente à população de crianças em situação de acolhimento institucional, bem como, o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para essa problemática.

Palavras-Chave: Criança em Situação de Acolhimento; Representação Social; Família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Martins Fontes.

Moscovici, S. (1987). *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Rodrigues, A. L., Gava, L. L., Sarriera, J. C., & Dell'Aglio, D. D. (2014). Percepção de preconceito e autoestima entre adolescentes em contexto familiar e em situação de acolhimento institucional. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(2), 389-407.

A FOLHA DE SÃO PAULO E A PENA DE MORTE: O QUE PENSAM LEITORES, COLUNISTAS, EDITORES E CONVIDADOS?

Aluno: Tatiana Cavalcanti de Albuquerque Leal

Orientador: Prof. Dr. Leoncio Camino Rodriguez Larraín

Leitor: Prof. Dr. Cícero Roberto Pereira

Núcleo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa em Comportamento Político

Leitor Externo: Prof. Dr. André Faro

A pena de morte, frequentemente também chamada de pena capital, é uma sentença aplicada pela Justiça para a condenação de uma pessoa com a finalidade de fazer pagá-la com a sua vida pelo crime que cometeu (Fragoso, 1967). No Brasil, a pena de morte é atualmente vetada por nossa Constituição (1988) através do inciso I do artigo 5º, uma cláusula pétrea. Isso significa, para muitos constitucionalistas, que só uma nova constituinte poderia reintroduzir a pena de morte em nosso país, e, para outros, que nem mesmo uma nova constituição poderia legalizá-la (Comparato, 2001).

Apesar de a questão da violência social em nosso país ser bastante complexa e envolver ausências do Estado e processos discriminatórios, grande parte da população enxerga a pena de morte sob uma perspectiva meritocrática e acredita que é uma boa solução para reduzir a criminalidade e a violência no país. Em 2013, o Datafolha mostrou que 46% dos brasileiros se disseram favoráveis à pena de morte. Mesmo sem possibilidade real de a pena ser reimplantada na atual conjuntura, o debate constantemente volta à tona, principalmente quando acontecem crimes de grande repercussão nacional (Souza, 2009), evidenciando que matar o outro como punição ainda é bastante considerado como uma saída desejada.

Neste contexto, o objetivo desta pesquisa é analisar como se estruturam os grandes temas acerca da pena de morte para o comitê editorial, colunistas, convidados e leitores do jornal Folha de São Paulo, por vezes o jornal de maior circulação do país, ao longo das últimas décadas. Precisamente, foram pesquisados os anos de 1987, 1993, 2007 e 2015. De modo específico, dentre outros pontos, busca-se analisar como os editoriais, colunistas, convidados e leitores se posicionam e opinam sobre a pena de morte ao longo dos anos; analisar como as noções de justiça e a Crença no Mundo Justo (CMJ) são aplicadas para diferentes contextos que envolvem a pena e entender como se dão os critérios de noticiabilidade acerca do tema.

A pesquisa realizada consiste em uma análise documental e se divide em dois estudos empíricos. No primeiro estudo, foram analisados 95 textos de opinião, dos diversos anos acima apresentados, que haviam sido publicados com a expressão “pena

de morte” em seus títulos, sendo 74 de leitores, 10 de convidados, 7 de colunistas do jornal e 4 editoriais. Os dados foram analisados pelo software de análise lexical Iramuteq, segundo as técnicas de Análise Fatorial de Correspondência e Classificação Hierárquica Descendente, o que gerou cinco classes de agrupamento de vocábulos.

A primeira classe foi chamada de *Natureza da pena*. Esta classe é representada pelos discursos dos leitores e discute a natureza da pena, sobre a ideia do mérito e de que a pena de morte é justa. A Classe 2, a que chamamos de *Formas de dissuasão*, se constitui por trechos que ora enfatizam que a causa da criminalidade é social e a solução é investir na educação, ora que a saída é uma maior rigorosidade das penas. A Classe 3 foi chamada de *Debate Constitucional* e nela encontram-se artigos longos e técnico-jurídicos sobre a possibilidade de se realizar uma revisão na Constituição para abarcar a pena. A classe 4 foi chamada de *Debate nacional* e traz discursos, especialmente de jornalistas, que discutem a pena no contexto do Brasil, em contraponto a última classe, que foi denominada de *Debate internacional* e discute a dinâmica da pena de morte no âmbito internacional, especialmente nos Estados Unidos. Tais resultados tornaram possível compreender quais são os grandes temas tratados no jornal. Pretende-se, agora, entender como cada ator social fala sobre eles e analisar seus argumentos. Para tanto, estão sendo realizadas análises de conteúdo em um segundo estudo.

Palavras-chave: Pena de morte; Folha de São Paulo; Crença no Mundo Justo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado.

Comparato, F. K. (2001). *A Afirmação histórica dos direitos fundamentais*. São Paulo: Saraiva

Fragoso, H. C. (1967). *Pena de Morte: Comunicações*. Vol.I. Universidade de Coimbra.

Souza, J. F. S. (2009). Pena de morte: solução da violência ou violação do direito à vida?. *Direito e Liberdade*, 7(3), 161-178.

ADESÃO AO TRATAMENTO ANTIRRETROVIRAL: UMA EXPLICAÇÃO PAUTADA NOS VALORES HUMANOS, NO COPING E NA POSITIVIDADE

Aluna: Tátilla Rayane de Sampaio Brito

Orientador: Prof. Dr. Valdiney Veloso Gouveia

Leitora: Prof.^a Dr.^a Patrícia Nunes da Fonsêca

Núcleo de Pesquisa: Bases Normativas do Comportamento Social - BNCS

Leitor Externo: Prof. Dr. Bernardino Calvo

Descoberta no início da década de 80, a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) é considerada uma doença crônica, não sendo mais sinônimo de morte imediata. Como tal a adesão ao tratamento antirretroviral (TARV) passa a ser a única opção para um aumento na expectativa de vida. Entretanto, a adesão ao TARV possui delicada aceitação dos pacientes em decorrência de fatores pessoais e sociais (Katz, *et al.*, 2013), o que justifica a necessidade de estudos que identifiquem variáveis que a influenciam. Neste sentido, surge o problema de pesquisa do presente estudo: Terão os valores humanos, a positividade e o coping influência na adesão ao tratamento antirretroviral? Por possuir evidências empíricas na explicação de comportamentos, atitudes e preferências, os valores definem-se como critérios de orientação que guiam as ações humanas e que expressam cognitivamente suas necessidades básicas. (Gouveia, Milfont, & Guerra, 2014a). Ademais, considera-se o papel do *Coping*, uma vez que este é compreendido como esforços cognitivos e comportamentais voltados para ao manejo de exigências ou demandas internas e externas, que são avaliadas como sobrecarga aos recursos pessoais (Earnshaw, Lang, Lippitt, Jin, & Chaudoir, 2015). E por fim, a orientação positiva que envolve avaliações positivas que o indivíduo faz de si mesmo, sobre a vida e o futuro, associando-se positivamente com saúde, bem-estar e realização, além de ser multidimensional, constituindo-se de autoestima, satisfação com a vida e otimismo (Caprara *et al.*, 2012). Assim sendo, este estudo tem por objetivo geral analisar se os valores humanos, a positividade e o *coping* predizem a adesão ao tratamento antirretroviral. Em específico, buscou-se conhecer a relação entre as subfunções valorativas, a positividade, os tipos de *coping* e a adesão ao tratamento; e identificar em que medida os valores humanos, a positividade e o *coping* explicam a adesão ao tratamento antirretroviral. Para tanto, contou-se com uma amostra de 199 pacientes que vivem com HIV/AIDS, com idade média de 41 anos, variando entre 18 e 73 ($DP = 10,98$), em sua maioria homens (55,3%), solteiros (51,8%), heterossexuais (80,9%), com escolaridade fundamental (44,7%), que não estão trabalhando no momento (62,3%), de classe média (44,7%) e que se consideram medianamente

religiosos (33,7%). Todos estavam em tratamento ARV no Hospital de Doenças Infectocontagiosas Clementino Fraga, localizado na cidade de João Pessoa – PB. Após aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba, os participantes responderam o *Questionário dos Valores Básicos*, a *Escala de Positividade*, o *Brief COPE*, a *Escala de Adesão ao Tratamento – CEAT – VIH* e o questionário sociodemográfico. Os resultados indicaram que as subfunções valorativas *normativa*, *interativa* e *realização* relacionaram-se positivamente com a adesão ao tratamento antirretroviral. Ademais, observou-se que a adesão ao tratamento antirretroviral relacionou-se positivamente com a *positividade*, o *coping positivo*, o *coping suporte*, enquanto que o fez de maneira negativa com o *coping negativo*. A análise de regressão indicou que a adesão ao tratamento antirretroviral foi predita de forma positiva pelos *valores sociais* e pelo valor pessoal de *realização*, como também pela *positividade* e pelas três dimensões do *coping*. A análise de mediação apontou que as subfunções valorativas *normativa* e *interativa*, mediadas pela *positividade* e o *coping positivo* explicam a *adesão ao tratamento antirretroviral*. Desta forma, confirma-se o papel explicador dos valores humanos, da positividade e do *coping* na adesão ao tratamento antirretroviral.

Palavras-chave: valores humanos; disposições pessoais positivas; adesão ao tratamento antirretroviral.

REFERÊNCIAS

- Caprara, G. V., Alessandri, G., Eisenberg, N., Kupfer, A., Steca, P., Caprara, M. G., ... & Abela, J. (2012). The positivity scale. *Psychological Assessment, 24*, 701-712.
- Earnshaw, V. A., Lang, S. M., Lippitt, M., Jin, H., & Chaudoir, S. R. (2015). HIV stigma and physical health symptoms: do social support, adaptive coping, and/or identity centrality act as resilience resources?. *AIDS and Behavior, 19*, 41-49.
- Gouveia, V.V., Milfont, T.L., & Guerra, V.M. (2014a). Functional theory of human values: Testing its content and structure hypotheses. *Personality and Individual Differences, 60*, 41-47.
- Katz, I. T., Ryu, A. E., Onuegbu, A. G., Psaros, C., Weiser, S. D., Bangsberg, D. R., & Tsai, A. C. (2013). Impact of HIV-related stigma on treatment adherence: systematic review and meta-synthesis. *Journal of the International AIDS Society, 16*, 1-25.

INTERVENÇÃO PARA O PERDÃO EM APENADOS

Aluno: Thalita Lays Fernandes de Alencar

Orientadora: Prof. Dr. Júlio Rique

Leitor(a): Profa. Dra. Cleonice Camino

Núcleo de Pesquisa: Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento SocioMoral - NPDSM

Leitor Externo: Prof. Dr. André Faro

Esse trabalho propôs uma intervenção clínica - educacional para promover o desenvolvimento nos processos de receber o perdão e autoperdão em uma população carcerária. A base foi a teoria do perdão interpessoal de Enright et al. (1991; 1996), que concebem o perdão como uma atitude moral que contribui para resolução de conflitos, continuidade das relações e manutenção dos vínculos afetivos, favorecendo o bem-estar físico e emocional de vítimas e ofensores. É possível estudar o perdão a partir em três dimensões: uma dimensão voltada para as vítimas, oferecer o perdão, e duas dimensões voltadas para os ofensores, receber o perdão e autoperdão. Estas dimensões são independentes, porém relacionadas, e seguem uma progressão de desenvolvimento com componentes semelhantes distribuídos por quatro fases: reconhecimento, decisão, resolução e aprofundamento. Essa pesquisa foi realizada com delineamento quase-experimental de amostras temporais equivalentes atendendo a um pré-teste e um pós-teste (Campbell & Stanley, 1979). Participaram do estudo 22 apenados do sexo masculino em regime semiaberto na Penitenciária de Segurança Média Juiz Hitler Cantalice, na cidade de João Pessoa – PB, sendo cinco participantes do grupo que recebeu um tratamento experimental com idades entre 28 e 47 anos ($M = 36,40$; $DP = 7,13$) e 17 participantes de um grupo semelhante que não recebeu o tratamento experimental com idades entre 20 e 49 anos ($M = 31,24$; $DP = 8,22$). Foram utilizadas medidas de Receber o Perdão, Autoperdão, Desejabilidade Social, Vulnerabilidade, Ansiedade, Depressão e Autoestima. Os participantes do grupo que recebeu tratamento experimental responderam, ainda, um Questionário de Avaliação da Intervenção ao final da mesma. O programa de intervenção consistiu em 20 sessões com duração de aproximadamente 90 minutos. Os encontros foram realizados em grupo e foram norteados pelo Manual de Intervenção para Ofensores, que foi construído pelos autores deste estudo, sendo adotadas como base as variáveis psicológicas e unidades dos processos clínicos de Receber o Perdão e Autoperdão. Os resultados mostraram que as ofensas foram predominantemente associadas a relacionamentos amorosos e pessoas próximas dos ofensores. Não foram encontradas diferenças significativas entre os

grupos antes ou depois da intervenção. Testes de Wilcoxon para amostras relacionadas, com a finalidade de verificar diferenças entre o pré-teste e o pós-teste dentro de cada grupo, mostraram que apenas o grupo que recebeu tratamento experimental apresentou diferenças significativas do pré-teste para o pós-teste nas variáveis *Receber o Perdão* ($MD_{Pré}= 3$; $MD_{Pós}= 4$; $z = -2,00$; $p = 0,46$), *Desejabilidade Social* ($MD_{Pré}= 17$; $MD_{Pós}= 22$; $z = -2,032$; $p = 0,42$), *Vulnerabilidade* ($MD_{Pré}= 78$; $MD_{Pós}= 38$; $z = -2,023$; $p = 0,43$) e *Ansiedade* ($MD_{Pré}= 67$; $MD_{Pós}= 46$; $z = -2,023$; $p = 0,43$). Utilizando o método desenvolvido por Jacobson e Truax (“Método JT”, em Aguiar, Aguiar, & Del Prette, 2009) foi possível analisar individualmente as mudanças confiáveis ocorridas que podem ser atribuídas ao tratamento experimental, bem como a significância clínica dessas mudanças, que informa o quão robustas elas foram. Os participantes P1, P2, P3 e P4 apresentaram melhoras confiáveis em Receber o Perdão, os participantes P1 e P4 no Autoperdão, os participantes P1, P2 e P3 na Autoestima, o participante P3 na Depressão e os participantes P2 e P4 na Vulnerabilidade. Foram clinicamente significativas todas as mudanças em Autoestima e a mudança em Autoperdão ocorrida no participante P1. Mudanças negativas confiáveis ocorreram apenas com o participante P5 nas variáveis Autoperdão e Autoestima, porém sem significância clínica. A discussão dos resultados deste estudo encontra-se em andamento, e ainda serão realizadas Análises de Conteúdo de Bardin nas respostas ao Questionário de Avaliação da Intervenção. É possível, de antemão, afirmar que intervenção possibilitou a aprendizagem e elaboração de estratégias de enfrentamento que poderão ser utilizadas pelos participantes na resolução de conflitos e ter impacto na vida deles dentro e fora da prisão, podendo auxiliar, inclusive, na sua reinserção social.

Palavras-Chave: Receber o perdão; Autoperdão; Intervenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Enright, R. D. & The Human Development Study Group (1991). The Moral Development of Forgiveness. In W. Kurtinnes & J. Gerwitz (Orgs.), *Handbook of Moral Behavior and Development*, 1, 123-152.
- Enright, R. D. & The Human Development Study Group (1996). Counseling Within the Forgiveness Triad: On Forgiving, Receiving Forgiveness, and Self-Forgiveness. *Counseling and Values*, 40, 107-126.

**CONCEPÇÕES DE PSICÓLOGOS (AS) ESCOLARES EDUCACIONAIS E
EDUCADORES INFANTIS SOBRE A HABILIDADE DE COMUNICAÇÃO
INTENCIONAL INFANTIL**

Aluno: Vanessa da Cruz Alexandrino

Orientadora: Profa. Dra. Fabíola de Sousa Braz Aquino

Leitor (a): Profa. Dra. Nádia Maria Ribeiro Salomão

Núcleo de Pesquisa: Núcleo de Estudos em Interação Social e Desenvolvimento
Infantil

Leitor Externo: Profa. Dra. Tatiana Lucena Torres

A função mediadora dos espaços escolares e educacionais foi defendida por Vygotsky (2004), que afirmava ser a escola uma instituição na qual os sujeitos poderiam, uma vez nela inseridos, compartilhar os conhecimentos sociohistoricamente construídos por sua cultura. Atualmente, as crianças se inserem no contexto educacional cada vez mais cedo, passando grande parte do seu dia em instituições de educação infantil, como creches e pré-escolas. Essa situação gerou uma série de pesquisas e discussões sobre as modalidades de interações estabelecidas nesses contextos e a qualidade dos espaços de educação infantil, no que concerne aos aspectos pedagógicos e a sua finalidade para a formação social dos infantes. Isto porque espaços tais como creches e pré-escolas devem ser promotores de desenvolvimento e aprendizado infantil e os educadores que neles se inserem precisam desempenhar o papel de mediadores de conhecimento para as crianças (Delvan, Ramos e Dias, 2002). Deriva-se dessa visão, o entendimento de que os profissionais que trabalham em contextos de educação infantil devem apresentar propostas intencionalmente pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, habilidades tipicamente humanas, tais como a habilidade de comunicação intencional infantil. A habilidade de comunicação intencional refere-se à capacidade do indivíduo compreender uma mesma situação por duas perspectivas diferentes: a sua e a do outro ser intencional. Nessa direção, quando um adulto atribui intenção a uma ação de uma criança, assume que esta ação tem um caráter intencional; por sua vez, a criança passa a entender que o adulto tem objetivos e age de modo a atingi-los. Este tipo de habilidade, que antecede a fala, é considerada fundamental para o desenvolvimento da linguagem e é parte da cognição social infantil (Tomasello, 2003; Braz Aquino e Salomão, 2010). Neste sentido, destaca-se como relevante que os profissionais que trabalhem no contexto de educação infantil compreendam o valor das interações educador (a)-criança para o desenvolvimento da cognição social infantil, em

especial a habilidade de comunicação intencional, na direção de criar um ambiente que favoreça o desenvolvimento global infantil. O presente estudo teve como objetivo principal conhecer e analisar as concepções e ações de educadores infantis e psicólogos (as) educacionais sobre a habilidade de comunicação intencional de crianças que estão inseridas em contextos de CREIS, na cidade de João Pessoa- PB. Participaram desta pesquisa 17 professoras, 17 monitoras e 4 psicólogas que atuam em Centros de Referência em Educação Infantil (três dessas psicólogas trabalham de forma itinerante nos CREIS, via Secretaria de Educação, enquanto uma delas atua diretamente na instituição). Como instrumentos foram utilizados um questionário sócio demográfico, um roteiro de entrevista que explorou as concepções dos profissionais sobre a educação infantil e a “*Entrevista sobre percepção de educadores e psicólogos (as) educacionais acerca da habilidade de comunicação intencional de bebês/crianças*”, que passou por um processo de adaptação semântica para se adequar aos objetivos deste trabalho. Uma análise preliminar da recolha das informações permitiu identificar uma variabilidade nas concepções dos diferentes profissionais entrevistados: as psicólogas educacionais mencionaram que o desenvolvimento ocorre de maneira progressiva e que o planejamento pedagógico por parte dos professores e a participação da família nas situações educativas são importantes fatores para o desenvolvimento das crianças na educação infantil; para as educadoras, o desenvolvimento infantil é percebido quando as crianças conseguem iniciar e concluir as atividades pedagógicas propostas em sala de aula. Discute-se a importância do conhecimento dos referidos profissionais sobre as habilidades sócio comunicativas de crianças nos primeiros anos de vida, para a proposição de intervenções no âmbito da Psicologia Escolar na Educação Infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação infantil; Psicologia escolar-educacional; habilidade de comunicação intencional infantil.

REFERÊNCIAS:

- Braz Aquino, F. S., Salomão, N. M. R. (2010). Intencionalidade Comunicativa: teorias e implicações para a cognição social infantil. **Estudos de Psicologia** (Campinas), 27(3), 413-420.
- Delvan, J.S., Ramos, M.C. & Dias, M.B. (2002). A Psicologia escolar/educacional na Educação Infantil: o relato de uma experiência com pais e educadoras. **Revista Psicologia- Teoria e Prática**. 4(1), 12.
- Tomasello, M. (2003). **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2004). **Teoria e método em psicologia**. São Paulo: Martins Fontes. 3ª ed.